GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

banrisul pagamentos

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.934.215/0001-06 - Rua Siqueira Campos, 832 – 4º andar, Porto Alegre – RS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da companhia foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações em conjunto às Normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, sob o pressuposto de continuidade operacional e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

FATOS RELEVANTES

Autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento

Em julho de 2023, a Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento (Banrisul Pagamentos) recebeu autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022.

Em março de 2023 o Banrisul, controlador da Banrisul Pagamentos e detentor dos Arranjos de Pagamento Banricompras, informou que implementará o modelo de Prestador de Serviços de Rede (PSR) para participação nos referidos arranjos, sendo a Banrisul Pagamentos sua credenciadora exclusiva.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR LINHA DE PRODUTOS

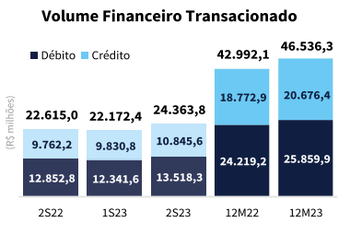
Rede de Adquirência Vero

Abrange as atividades de credenciamento, captura, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos, e Pix.

No ano de 2023, a Vero i) foi reconhecida pela Elo como destaque em 2023, pelo segundo ano consecutivo, na Categoria Qualidade e Eficiência, sendo vencedora do prêmio Excelência em Processamento e Liquidação – Crédito; ii) recebeu o Prêmio Top Consumidor – Marcas de Respeito, da Revista Consumidor RS, em duas categorias: Excelência na Relação com Cliente e Tecnologia e Inovação; iii) lançou sua solução de *Tap On Phone*, possibilitando que os clientes transformem seus *smartphones* em maquininhas que recebem pagamentos por aproximação; iv) lançou sua solução de Link de Pagamento, uma forma prática e segura para receber pagamentos online; v) disponibilizou novo modelo de SmartPOS com teclado físico para melhor acessibilidade e experiência do usuário, e vi) ampliou o portfólio de aplicativos homologados para utilização nas máquinas Vero *Smart*, incluindo solução ao lojista para emitir nota fiscal eletrônica (NFC-e) vinculada ao comprovante de pagamento em máquinas de cartões.

O volume financeiro transacionado registrou R$24,4 bilhões no 2S23, montante 7,7% ou R$1,7 bilhão superior ao valor apurado no 2S22. Em comparação com o 1S23, houve crescimento de 9,9% ou R$2,2 bilhões. Em 2023, o volume financeiro transacionado totalizou R$46,5 bilhões, com valor 8,2% ou R$3,5 bilhões acima do apurado em 2022.

Especificamente com cartões de débito, foram transacionados R$13,5 bilhões no 2S23, aumento de 5,2% ou R$665,5 milhões frente ao 2S22, e crescimento 9,5% ou R$1,2 bilhões em relação ao 1S23.



Em 2023, o total transacionado com cartões de débito somou R$25,9 bilhões, refletindo elevação de 6,8% ou R$1,6 bilhões em comparação com o ano anterior.

Com cartões de crédito, o volume financeiro transacionado registrou R$10,8 bilhões no 2S23, valor 11,1% ou R$1,1 bilhão superior ao realizado no 2S22, e crescimento de 10,3% ou R$1,0 bilhão em comparação ao 1S23. O volume financeiro transacionado com cartões de crédito totalizou R$20,7 bilhões em 2023, valor 10,1% ou R$1,9 bilhão acima do realizado em 2022.

O desempenho obtido no acumulado de 2023 é reflexo da maior intensidade em ações com foco no varejo, do incremento nas transações de grandes clientes e das estratégias comerciais para captação e manutenção de credenciados.

Antecipação do Recebimento de Vendas

A Banrisul Pagamentos oferece Antecipação do Recebimento de Vendas aos clientes credenciados. No 2S23, o volume financeiro das antecipações somou R$4,8 bilhões, montante 19,9% ou R$792,4 milhões acima do registrado no 2S22, alcançando 41,1% do volume passível de antecipação no semestre. Quando comparado ao 1S23, houve aumento de 10,9% ou R$468,4 milhões.

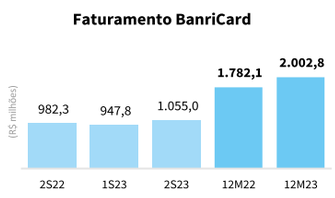
No acumulado de 2023, o volume financeiro das antecipações totalizou R$9,1 bilhões, montante 23,1% ou R$1,7 bilhões acima do registrado no mesmo período de 2022, alcançando 41,1% do volume passível de antecipação no ano. O crescimento é reflexo, principalmente, do incremento nas operações de grandes clientes e das estratégias de estímulo a utilização da modalidade de antecipação automática, com ampla adesão de todos os segmentos e dos novos credenciados, bem como da ampliação do volume financeiro transacionado passível de antecipação.

Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard

Envolve a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios.

O faturamento dos cartões BanriCard totalizou R$1,1 bilhão no 2S23, aumento de 7,4% ou R$ 72,7 milhões em relação ao 2S22, e crescimento de 11,3% ou R$107,3 milhões em relação ao 1S23.

Em 2023, o faturamento dos cartões BanriCard totalizou R$2,0 bilhões, crescimento de 12,4% ou R$220,7 milhões em comparação com o ano anterior. O resultado está relacionado, em grande parte, aos programas sociais do governo do Estado RS (Devolve ICMS e Todo Jovem na Escola).



Os cartões BanriCard alcançaram o volume de 12,7 milhões de transações de compra na rede credenciada no 2S23, aumento de 9,8% ou 1,1 milhão de transações em comparação com o 2S22, e crescimento de 11,9% ou 1,4 milhão de transações frente ao obtido no 1S23. Em 2023, o volume de transações alcançou 24,1 milhões, resultado 15,5% ou 3,2 milhões de transações acima do apurado no mesmo período de 2022.

DESEMPENHO FINANCEIRO

As Receitas com Transações de Pagamentos, incluindo antecipação de recebíveis, e as Receitas com prestação de Serviços, alcançaram R$899,7 milhões em 2023. Em contrapartida, as Despesas Operacionais atingiram R$192,5 milhões, enquanto que as Despesas Administrativas e de Pessoal somaram R$97,4 milhões.

Em 2023, o Lucro Líquido registrado foi de R$522,9 milhões, resultado 39,6% ou R$148,4 milhões acima do apurado em 2022. O resultado é explicado principalmente pela evolução do desempenho dos negócios da companhia, além do efeito do impacto tributário pela distribuição de juros sobre capital aos acionistas, conforme Nota Explicativa 15.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Banrisul Pagamentos não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, conforme os seguintes padrões internacionais aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com a Lei nº 12.865/13 e as normas do Banco Central do Brasil, a Banrisul Pagamentos aderiu ao sistema de controles internos e de conformidade do Grupo Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente.

Para obter sinergia e eficiência, o processo de gestão de riscos da Banrisul Pagamentos é realizado de forma integrada com o seu controlador, o Banrisul, permitindo assim visão individual e global dos riscos aos quais a empresa e o grupo estão expostos, bem como a mitigação dos mesmos. Adicionalmente, a Banrisul Pagamentos submete-se à Auditoria Interna do controlador, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente e, de maneira orientada, agregar valor e melhorar suas operações.

A descrição das estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul, do qual a Banrisul Pagamentos é integrante, está disponível no site de Relações com Investidores do Banrisul, no caminho: Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos. Nesse ambiente, também está publicado o Relatório de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Banrisul Pagamentos adota políticas e procedimentos integrados com o controlador, o Banrisul, alinhando interesses para preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da Companhia, contribuindo para sua qualidade e sustentabilidade, de acordo com as boas práticas de governança.

Em julho de 2023, a Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento (Banrisul Pagamentos) recebeu autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

Visando incentivar o esporte e cultura no Estado do Rio Grande do Sul, a Banrisul Pagamentos contribui com patrocínio a equipes esportivas, bem como com incentivos a projetos contemplados pela Lei Roaunet.

Ciente do seu papel na comunidade, a Companhia ainda apoiou projetos sociais relacionados ao Funcriança, Estatuto do Idoso e o PRONON.

AGRADECIMENTOS

A Banrisul Pagamentos agradece aos seus colaboradores, pelo comprometimento e competência, essenciais para o alcance das conquistas e resultados, aos fornecedores e parceiros comerciais, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência e, em especial, aos clientes, pela escolha, fidelidade e incentivo à busca incessante pela qualidade. A todos, nossos sinceros agradecimentos em mais este ano.

DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2023
Ativo		
Ativos Financeiros		**4.782.090**
Disponibilidades	04	7.924
Instrumentos Financeiros	05	676.662
Contas a Receber	06	4.096.047
Depósitos judiciais	13	2.135
Provisões para Perdas	07	(1.167)
Outros Ativos Financeiros		489
Ativos Fiscais		**95.255**
IRRF e CSLL a Compensar		89.900
Diferido	08	5.355
Outros Ativos		**5.663**
Imobilizado	09	**163.548**
Imobilizado de Uso		244.186
(Depreciação Acumulada)		(80.638)
Total do Ativo		**5.046.556**
Passivo		
Passivos Financeiros		**2.667.863**
Contas a pagar a Estabelecimentos	10	2.416.922
Moeda Eletrônica em Circulação	11	196.005
Outros Passivos Financeiros	12	54.936
Provisões para Riscos	13	**2.575**
Obrigações Fiscais	14	**62.617**
Outros passivos		**8.086**
Total do Passivo		**2.741.141**
Patrimônio Líquido		**2.305.415**
Capital social	15a	1.162.000
Reservas de Lucros	15c e 15d	1.145.676
Outros Resultados Abrangentes		(2.261)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**5.046.556**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	2º Semestre 2023	2023
Lucro líquido do semestre/exercício	316.342	**522.869**
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	(1.521)	(1.281)
Efeito tributário sobre o ajuste atuarial	517	436
Total dos resultados abrangentes do semestre/exercício	315.338	**522.024**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º Semestre 2023	2023
Resultado da Intermediação Financeira		57.669	**123.478**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		257.986	**504.995**
Receitas com Transações de Pagamentos	17	459.533	894.101
Receitas com Prestação de Serviços		2.799	5.584
Despesas Operacionais	18	(99.729)	(192.492)
Despesas de Pessoal	19	(5.233)	(10.627)
Despesas Administrativas	19	(47.157)	(86.806)
Despesas Tributárias	20	(51.428)	(101.409)
Outras Receitas (Despesas)	21	(799)	(3.356)
Resultado Operacional		315.655	**628.473**
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		315.655	**628.473**
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	687	**(105.604)**
Corrente		(852)	(106.766)
Diferido		1.539	1.162
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		316.342	**522.869**
Lucro Líquido por ação (em R$)		0,66	**1,09**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros				
	Capital social	Reserva de expansão	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.162.000	826.662	108.855	(1.416)	-	**2.096.101**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	522.869	**522.869**
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	(845)	-	**(845)**
Reserva legal	-	-	26.143	-	(26.143)	**-**
Juros sobre capital próprio (Nota 15e)	-	(164.835)	-	-	(147.875)	**(312.710)**
Reserva de expansão	-	348.851	-	-	(348.851)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.162.000**	**1.010.678**	**134.998**	**(2.261)**	**-**	**2.305.415**
Saldos em 30 de junho de 2023	1.162.000	826.662	108.855	(2.419)	206.527	**2.301.625**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	316.342	**316.342**
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	158	-	**158**
Reserva legal	-	-	26.143	-	(26.143)	**-**
Juros sobre capital próprio (Nota 15e)	-	(164.835)	-	-	(147.875)	**(312.710)**
Reserva de expansão	-	348.851	-	-	(348.851)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.162.000**	**1.010.678**	**134.998**	**(2.261)**	**-**	**2.305.415**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	2º Semestre 2023	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL ajustado		
Lucro antes do IR e CSLL	315.655	628.473
Ajuste lucro antes do IR e CSLL		
Perda incorrida e Provisão para perda	1.300	2.231
Depreciações	18.493	33.166
Resultado baixa imobilizado	331	1.575
Ganhos/perdas com atualizações atuariais	(103)	(137)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	187	365
Atualização depósitos judiciais	(81)	(232)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento de contas a receber	(786.780)	(606.126)
Aumento de outros ativos	(236.626)	(249.550)
Redução dos depósitos judiciais	2.005	1.994
Aumento de moeda eletrônica em circulação	27.568	67.525
Aumento de contas a pagar a estabelecimentos	518.191	182.313
Redução de obrigações fiscais	(26.313)	(26.958)
Aumento de outros passivos	6.807	7.929
Imposto de renda e contribuição social pagos	(95.572)	(210.861)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(254.938)	**(168.293)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(32.284)	(64.444)
Ressarcimento equipamentos de captura	149	247
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(32.135)	**(64.197)**
Caixa líquido das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	(88.944)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(265.803)	(265.803)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(265.803)	**(354.747)**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(552.876)	**(587.237)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre/exercício	983.669	1.018.030
No fim do semestre/exercício (Nota 04 e 05(a))	430.793	430.793
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(552.876)	**(587.237)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento, com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

Nota 01 **Contexto Operacional**

A Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento ("Banrisul Pagamentos" ou "Companhia"), anteriormente denominada Banrisul Cartões S.A., é uma empresa de capital fechado, estabelecida no Brasil, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Banco"), com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com os regramentos e normas do Banco Central do Brasil e demais entidades reguladoras que norteiam o mercado, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Pagamentos atua em duas linhas de produtos: (i) Rede de Adquirência com a marca Vero, que envolve a realização de atividades de credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos; e (ii) Cartões de Benefícios e Empresariais com a marca BanriCard, que abrange a emissão dos cartões Pré e Pós-pagos, administrados por meio de convênios.

A principal fonte de receita da Banrisul Pagamentos é decorrente da taxa de "*Merchant Discount Rate* (MDR)" descontada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado na rede de adquirência Vero, que é composta pela Taxa da Credenciadora e Taxa da Bandeira. Também oriundas da rede de adquirência Vero, destacam-se as receitas com antecipação do recebimento de vendas, mensalidade, aluguel de equipamentos, franquia e conectividade. Em relação aos Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, as principais receitas são provenientes da Taxa de Reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da Taxa de Administração cobrada das empresas conveniadas.

O MDR descontado dos estabelecimentos comerciais sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero remunera: (i) o serviço prestado pela Companhia; (ii) o intercâmbio descontado pelos emissores dos cartões transacionados na rede de adquirência Vero; e (iii) a taxa cobrada pelas bandeiras.

No que tange ao MDR, a Companhia funciona como agente e sua receita corresponde tão somente aos serviços prestados pela rede de adquirência Vero aos estabelecimentos credenciados. Neste contexto, a receita de MDR da Companhia é reconhecida pelo valor efetivo dos serviços prestados, desconsiderando o valor retido pelos emissores; e, o intercâmbio não compõe o custo dos serviços prestados.

O Ativo referente ao contas a receber dos emissores é contabilizado pelo valor líquido do desconto da parcela do MDR (intercâmbio), retida pelos emissores. Enquanto o Passivo, referente ao Contas a Pagar aos estabelecimentos credenciados, é registrado pelo valor líquido a pagar, isto é, já descontado do MDR da transação.

Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, as operações da Companhia são conduzidas em contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas, mediante ressarcimento de custos. As demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

Em julho de 2023, a Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento (Banrisul Pagamentos) recebeu autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) em relação a forma de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 05 de fevereiro de 2024.

Nota 02 **Resumo das Principais Práticas Contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 (alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07) em conjunto às Normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, sob o pressuposto de continuidade operacional, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

As demonstrações financeiras estão apresentadas sem bases comparativas, conforme facultado pela Resolução BCB n.º 2, art. 42, § 5º, emitida pelo BACEN, a qual permite essa prática no ano de autorização para funcionamento da instituição de pagamento pelo Banco Central do Brasil.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas estão apresentadas em milhares de Reais (R$ mil).

2.3. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Relativo ao **ICPC 22 "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro"**, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas. Esta Interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

2.4. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento da receita auferida na prestação do serviço.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de emissores e conveniados e depósitos BACEN.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar a estabelecimentos e moeda eletrônica em circulação e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional (Nota 4 e 5).

b) Títulos e valores mobiliários

São Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do BACEN e classificados nas seguintes categorias:

Mantido para negociação **-** incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Disponíveis para venda **-** títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Mantidos até o vencimento **-** títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado no ativo, pelo valor das transações capturadas pela Rede de Adquirência Vero, líquido do valor descontado pelos emissores a título de intercâmbio.

d) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga ou utilização dos cartões de benefícios e serviços, acrescido da taxa do convênio, conforme negociação comercial. São ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

e) Provisão para perda

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais e dos valores a receber de emissores e credenciados.

A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes em relação ao histórico de cobrança e pagamentos, conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia.

A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperabilidade dos ativos financeiros, e de acordo com a avaliação do aumento no Risco de crédito dos clientes da Companhia bem como dos Bancos emissores dos cartões de crédito e débito cujas transações são capturadas pela rede de adquirência da Companhia.

f) Moeda eletrônica em circulação

Passivo financeiro classificado como custo amortizado, onde são registradas obrigações referentes aos valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré pagos, que ainda não foram utilizados pelos portadores definidos nos convênios firmados com as empresas conveniadas.

g) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados à Rede de Adquirência Vero e conveniados Banricard.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo pelo valor das transações, deduzidos das antecipações do recebimento de vendas efetuadas aos credenciados e dos valores referentes a taxas de intermediação e MDR descontadas dos estabelecimentos credenciados.

2.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.6. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: móveis e utensílios - 10%, veículos - 20%, sistemas de comunicação - 10%, sistemas de informática - 20% e equipamento de captura - 20%.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que os eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas provenientes das baixas do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 16.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 ao ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a companhia irá apresentar lucro tributável futuro suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período ao qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de *report* e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.8. Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, efetuada pela administração da companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa. Os juros sobre capital próprio pagos compõe o dividendo mínimo obrigatório.

2.9. Reconhecimento de receita

Em conformidade com o regime de competência, a receita é reconhecida na apuração do resultado do período a que pertence e independentemente de seu recebimento. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

Na linha de produtos de Adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data da captura/processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

banrisul pagamentos

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas é reconhecida de uma única vez na data da operação, e classificada como receita financeira.

Na linha de produtos de Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões para compras ou contratação de serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da nota fiscal, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

2.10. Despesas Operacionais

As despesas operacionais são constituídas pelos valores de serviços técnicos e especializados, comunicação, processamento de dados, manutenção e atualização de softwares para garantir a qualidade e segurança das informações, insumos relativos a equipamentos e materiais necessários para a efetivação da captura das transações, taxas das Bandeiras e serviços de logística.

2.11. Resultados não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, determina a divulgação de forma segregada dos resultados não recorrentes do exercício de acordo com a seguinte definição: (i) aqueles que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e, (ii) aqueles que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base nesta definição, a companhia obteve resultado não recorrente, no exercício, relativo a ganho sobre investimento conforme liquidação de sentença de processo judicial no valor de R$ 204, líquidos dos efeitos fiscais.

2.12. Benefício a empregados

A Banrisul Pagamentos é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Banrisul Pagamentos é patrocinadora de planos dos tipos "benefício definido" e de "contribuição variável".

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação reconhecida no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada periodicamente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como Outros Resultados Abrangentes (ORA), quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio-funeral. Neste caso, a Banrisul Pagamentos não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas obrigações são avaliadas, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a eles. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela companhia somente quando:

(1) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;

(2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela companhia e serviço prestado pelo funcionário); e

(3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a companhia na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a companhia, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

2.13. Lucro por ação

O Lucro por Ação (LPA) deve ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos.

A Banrisul Pagamentos não dispõe de instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, em razão disso o lucro por ação básico e o diluído são iguais. Desta forma, o cálculo do lucro diluído por ação foi efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações da Companhia.

O cálculo de lucro básico por ação, conforme Resolução Bacen nº2/2020, é o seguinte:

	2ºsemestre 2023	2023
Número total de ações	477.939.995	**477.939.995**
Lucro líquido do semestre/exercício	316.342	**522.869**
Lucro líquido básico e diluído por ação – R$	0,66	**1,09**

2.14. Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Pagamentos passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em novembro de 2014, a Banrisul Pagamentos protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), com a publicação da Circular BACEN nº 3.886/18, que altera as regras para apuração da volumetria (volume financeiro transacionado e quantidade de transações) que estabelecem os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Pagamentos teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Ademais, a Banrisul Pagamentos cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas em relação aos Arranjos de Pagamento BanriCard (Pré e Pós-pago).

Com relação ao pedido de autorização para atuar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora e credenciadora, a Banrisul Pagamentos encaminhou a atualização dos documentos e informações relativos ao processo em análise no Banco Central em maio de 2023. A revisão teve por objetivo adequar-se às Resoluções BCB nºs 80 e 81, ambas de 25 de março de 2021, e às orientações do referido órgão regulador.

Em julho de 2023, a Banrisul Pagamentos recebeu autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador.

Adicionalmente, a Companhia atua como participante indireto no Pix, arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil, ao qual aderiu em maio de 2020.

Normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução BCB nº 352/2023

A Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 revogou a Resolução BCB nº 219 de 30/03/2023 e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições de pagamentos e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova regulamentação inclui regras sobre "os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil."

Os artigos 24, 100 e 101 bem como os incisos X e XI do art. 107 entram em vigor em janeiro de 2024; o Capítulo IV do Título II, em 2027; os demais, em janeiro de 2027.

A norma objetiva convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelece prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões, assim como revoga diversos atos normativos que atualmente regulam a matéria.

Sabendo que complementações ainda deverão ser publicadas pelo Banco Central do Brasil e que poderão conduzir a alterações deste planejamento inicial, destaca-se os principais processos que sofrerão ajustes e demandarão ações da companhia:

- Classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros passam a ter como fundamentos básicos o modelo de negócio adotado pela instituição na gestão dos instrumentos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em vez das características individuais de cada instrumento e da mera intenção de negociar;
- Ampliam-se conceitos adotados para operações renegociadas e/ou ativos problemáticos, com implicações diretas na forma de reconhecimento de receitas destas operações;
- Implementa o conceito de taxa efetiva de juros na apropriação de Receitas sobre instrumentos financeiros que se enquadram no teste de SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros;
- No que se refere ao provisionamento, a resolução amplia o escopo dos instrumentos financeiros sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – ampliando o escopo atual que trata apenas das operações de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas – passando também a adotar critérios de alocação em estágios para definição do montante a ser provisionado. Além disso, mantém com o regulador a definição de pisos de provisão, os quais passam a impactar de forma direta no processo de baixa de ativos por perda de crédito, com grande vinculação com as características de cada produto e suas garantias;
- Reconhecimento e mensuração de Ativos e Passivos Financeiro;
- Divulgação em Notas Explicativas.

Dado que a implementação da Resolução 4966/21 e normativos complementares se encontra atualmente em desenvolvimento no Grupo Banrisul, a companhia tem envolvido as áreas de negócios impactadas, a fim de desenvolver metodologias e procedimentos requeridos pelo órgão regulador em aderência a Norma, dentro do prazo estabelecido pelo BACEN.

Nota 03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Provisões para riscos

A Banrisul Pagamentos revisa periodicamente suas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Banrisul Pagamentos revisa periodicamente seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado, com o intuito de verificar se houve aumento significativo no risco de não recuperabilidade dos mesmos. O aumento no risco pode ser ocasionado pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. O reconhecimento da provisão para perda é feito mensalmente com contrapartida no resultado da Companhia.

Nota 04 Disponibilidades

	2023
Depósitos em moeda nacional	7.192
Depósitos no exterior	732
Total	**7.924**

Nota 05 Instrumentos financeiros

	2023
Títulos e valores mobiliários equivalentes a caixa (a)	422.869
Títulos e valores mobiliários (b)	6.165
Depósitos Bacen (c)	247.628
Total	**676.662**
Circulante	676.662

(a) Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de instrumentos financeiros equivalentes a caixa são compostos por aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários Banrisul, com liquidez diária.
(b) Os títulos e valores mobiliários são compostos por LFTs próprias e em garantia, classificados como mantidos até o vencimento.
(c) Saldo de investimento em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) requerido para instituições de pagamento autorizadas a operar pelo BACEN. Taxa de rendimento média pela SELIC (R$10.925 de remuneração no exercício).

Títulos e Valores Mobiliários

A seguir demonstramos a classificação dos saldos patrimoniais dos títulos e valores mobiliários por categoria e prazos de vencimento.

	Faixa de vencimento		
	até 90 dias	**Mais de 90 dias**	**Valor de Mercado**
Mantido para negociação			
Aplicações Financeiras - CDB	-	422.869	422.869
Mantidos até o vencimento			
Letras Financeiras do Tesouro - Próprias	-	4.110	4.111
Letras Financeiras do Tesouro - em garantia	-	2.055	2.055

Nota 06 Contas a receber

	2023
Valores a faturar (a)	1.420
Contas a receber de conveniados (b)	15.200
Contas a receber de emissores (c)	3.048.408
Contas a receber – Partes relacionadas (d)	1.021.552
Contas a receber Credenciados (e)	9.467
Total Contas a Receber	**4.096.047**
Provisões para Perdas (f)	(1.167)
Total	**4.094.880**
Circulante	4.043.212
Realizável a longo prazo	51.668
Total	**4.094.880**

(a) O saldo corresponde aos valores contratados referentes cargas nos cartões de benefícios pré-pagos e serviços por meio do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.
(b) Saldo composto pelos valores faturados a partir do fechamento da agenda financeira que ainda não foram liquidados pelos conveniados.
(c) O saldo corresponde ao valor líquido das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras, capturadas pela rede de adquirência Vero, a vencer.
(d) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações de Banricompras e dos cartões Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul, capturadas pela rede de adquirência Vero e, a utilização dos cartões de benefícios pelas empresas do grupo banrisul.
(e) O saldo corresponde ao montante de valores a receber da rede credenciada referente as tarifas cobradas pelo serviço da rede de adquirência e demais valores a receber dos credenciados.
(f) Montante provisionado relativo ao risco de perda sobre valores a receber dos conveniados e credenciados conforme avaliação e políticas adotadas pela Companhia. (Nota 2.4 letra e).

Nota 07 Provisões para perdas

Demonstramos a seguir a movimentação das provisões para perdas:

	2023
Saldo anterior	(1.019)
Reversão de provisão	1.919
Baixa para Perda	2.083
Constituição de provisão	(4.150)
Saldo final	**(1.167)**

Nota 08 Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos dos ativos e passivos diferidos, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	**Saldo em 31/12/2023**
Provisão para perda	346	1.412	(1.362)	**396**
Provisão para riscos trabalhistas	696	92	(39)	**749**
Provisão para riscos cíveis	97	108	(78)	**127**
Provisão benefício pós-emprego	1.137	586	(272)	**1.451**
Outras provisões[1]	1.556	2.800	(1.724)	**2.632**
Total de ativos diferidos	**3.832**	**4.998**	**(3.475)**	**5.355**
Débito tributário [2]	(196)	(40)	115	**(121)**
Total de passivos diferidos	**(196)**	**(40)**	**115**	**(121)**
Total líquido	**3.636**	**4.958**	**3.360**	**5.234**

[1]Provisões ressarcimento acordo operacional.

[2]Débito tributário sobre saldos do Ativo atuarial está contabilizado no grupo outros passivos.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	2023
2024	3.395
2025	738
2026	170
2027	144
2028	144
Após 2028	764
Total	**5.355**

O valor presente dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 4.370, calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa selic, projetada para o período correspondente.

Nota 09 Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido 2023	Saldo Líquido 2022
Móveis e utensílios	250	(59)	191	209
Imóveis CPC6 (a)	-	-	-	2.952
Sistemas de transporte - veículos	211	(139)	72	98
Sistemas de comunicação	29	(26)	3	49
Sistemas de informática	49	(15)	34	40
Equipamentos de captura (b)	243.647	(80.399)	163.248	133.695
Total	244.186	(80.638)	**163.548**	137.043

	2022	Adições	Baixas	Depreciação	2023
Móveis e utensílios	209	-	-	(18)	**191**
Imóveis CPC6 (a)	2.952	-	(2.952)	-	**-**
Sistemas de transporte - veículos	98	-	-	(26)	**72**
Sistemas de comunicação	49	-	(33)	(13)	**3**
Sistemas de informática	40	-	-	(6)	**34**
Equipamentos de captura (b)	133.695	64.444	(1.788)	(33.103)	**163.248**
Total	**137.043**	**64.444**	**(4.773)**	**(33.166)**	**163.548**

(a) Valor relativo a contrato de aluguel de imóvel, baixado em 2023.
(b) Saldo e movimentos relativos a aquisições de equipamentos de captura. A Depreciação é iniciada após a instalação dos equipamentos POS e PIN PADs; até 2018 era efetuada em 3 anos; a partir de 2019 a companhia passou a efetuar a depreciação em 5 anos, baseada em laudo técnico e informações dos fornecedores dos novos equipamentos.

Nota 10 Contas a Pagar a Estabelecimentos

	2023
Contas a pagar transações rede de adquirência Vero (a)	2.308.742
Contas a pagar transações Banricard (b)	108.107
Demais contas a pagar credenciados (c)	73
Total	**2.416.922**
Circulante	2.393.348
Exigível a longo prazo	23.574
Total	**2.416.922**

A composição do contas a pagar a estabelecimentos, por vencimento, está apresentada a seguir:

(a) Saldo composto por contas a pagar aos estabelecimentos pelo valor líquido das transações capturadas, já deduzidas dos valores de MDR e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos lojistas junto à rede de adquirência Vero. O MDR refere-se ao percentual descontado dos estabelecimentos credenciados sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero para remunerar o serviço prestado, o repasse aos bancos emissores dos cartões transacionados na rede Vero (taxa de intercâmbio) e a taxa cobrada pelas bandeiras.
(b) Saldo a pagar relativo aos valores transacionados pelos portadores dos cartões benefício e empresariais já deduzidos da taxa de intermediação e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos credenciados.
(c) Saldo correspondente às demais obrigações com os estabelecimentos comerciais credenciados.

Nota 11 Moeda Eletrônica em Circulação

	2023
Cartões Alimentação e refeição	67.492
Cartão Salário	4.610
Cartão de benefício Programa Devolve ICMS	100.310
Demais cartões	23.593
Total	**196.005**

Saldo existente em 31 de dezembro de 2023 relativo aos valores contratados pelos conveniados que ainda não foram utilizados pelos portadores dos Cartões de Benefícios Banricard na rede credenciada. Nestas contas existem movimentos constantes de aumento relativo à carga e diminuição pela utilização.

Nota 12 Outros Passivos Financeiros

	2023
Contas a Pagar - Partes Relacionadas (a)	19.157
Contas a Pagar (b)	17.597
Valores a Liquidar (c)	17.775
Outras Provisões	407
Total	**54.936**

(a) Saldo relativo acordo operacional com controlador.
(b) Saldo relativo ao contas a pagar da Companhia do qual: R$ 3.506 refere-se a valores de Marketing a liquidar; R$3.648 refere-se a processamento de dados; R$5.386 provisão Fee Bandeiras; R$2.412 serviço de manutenção de software a pagar e R$2.645 outras provisões.
(c) Valor referente saldos bloqueados de cartões de benefícios banricard cujos portadores não solicitaram a emissão de novo cartão, isto é, valores a disponibilizar em moeda em circulação.

Nota 13 Provisão Para Riscos e Passivos Contingentes

A Banrisul Pagamentos, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

(a) Causas prováveis

A Banrisul Pagamentos provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

Movimentação das provisões:	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/2022	2.048	283	2.331
Adições	103	276	379
Atualizações	154	42	196
Reversões	-	(210)	(210)
Pagamentos	(103)	(18)	(121)
Saldo em 31/12/2023	**2.202**	**373**	**2.575**
Depósitos Judiciais	**2.104**	**31**	**2.135**

Do montante depositado judicialmente até 31 de dezembro de 2023, R$ 1.942 referem-se a Depósitos Judiciais – MCP (Mandato de citação e penhora) e R$ 193 a Depósito Recursal.

(b) Causas possíveis

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para passivos contingentes sobre as causas de perdas possíveis.

	2023	2022
Trabalhistas	3.093	2.823
Cíveis	179	226
Saldo final	**3.272**	3.049

Contingências trabalhistas

As ações trabalhistas referem-se, na sua maioria, a "vantagens bancárias" relativo aos empregados incorporados da extinta Banrisul Processamento de Dados. De acordo com o histórico estes processos levam em média 10 anos para conclusão.

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se, especialmente, a ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de supostos problemas operacionais na utilização do serviço prestado pela companhia. A média para conclusão destes processos é de 4 anos.

NOTA 14 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2023
Imposto de renda	732
Imposto sobre serviços	8.895
PIS/COFINS	5.614
Retenções a recolher	47.376
Total	**62.617**

NOTA 15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.162.000, dividido em 477.939.995 ações.

b) Distribuição do resultado

O lucro líquido do exercício, no valor de R$ 522.869 terá as seguintes destinações: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (iii) o lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Composição dos valores relativos a dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro é a seguinte:

	2023
Lucro líquido do exercício	**522.869**
Constituição de reserva legal	**(26.143)**
Base de cálculo de dividendos	**496.726**
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	**124.182**
Juros sobre capital próprio[1]	**147.875**

[1] Juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2023, conforme aprovado pela administração da companhia foram imputados aos Dividendos mínimos obrigatórios de acordo com legislação vigente e, portanto, não foram registrados dividendos a pagar.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui em seu Patrimônio Líquido o valor de R$ 134.998 relativo à reserva legal.

d) Reservas de lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição de reserva de expansão, a qual terá a sua destinação pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo referente reserva de expansão em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.010.678.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, do total dos lucros obtidos 5% será aplicado, antes de qualquer destinação, para constituição da reserva legal a qual não poderá exceder 20% do capital social e, 25% será obrigatoriamente distribuído aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capita social.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. A Companhia adotou a política de remuneração de juros sobre capital próprio do controlador visando distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente. Os juros pagos poderão ser imputados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social. Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia foram pagos em dezembro de 2023 os juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2023 (R$ 147.875), 2022 (R$ 102.511) e 2021 (R$ 62.324) no montante de R$ 312.710 (R$ 265.803, liquido da retenção de 15% de IRRF).

Abaixo segue demonstração sobre o cálculo dos juros sobre capital próprio pagos em Dez/2023:

	2020	2021	2022	Total JSCP pago
Patrimônio Líquido ajustado	1.298.409	1.511.959	2.097.517	
Taxa de TJLP	4,80%	6,78%	7,05%	
Juros sobre capital próprio	**62.324**	**102.511**	**147.875**	**312.710**
IR retido na fonte (15%)				**(46.907)**
Juros sobre capital próprio pago				**265.803**

O pagamento de juros sobre o capital próprio sobre PL ajustados dos três últimos exercícios resultou em um benefício tributário na ordem de R$ 106.321, correspondente à 34% de IRPJ e CSLL.

Nota 16 Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º semestre 2023	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	315.655	628.473
Adições (exclusões) - IRPJ		
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	73	243
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	2.807	3.282
Provisão para perda	430	73
Juros sobre Capital Próprio (JCP)	(312.710)	(312.710)
Provisões operacionais	4.127	3.238
Outras adições (exclusões)	437	1.181
Adições (exclusões) - CSLL		
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	73	243
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	2.807	3.282
Provisão para perda	430	73
Juros sobre Capital Próprio (JCP)	(312.710)	(312.710)
Provisões operacionais	4.127	3.328
Outras adições (exclusões)	390	1.097
(=) Base do IRPJ corrente	10.819	323.780
(=) Base do CSLL corrente	10.772	323.696
Imposto de renda	118	(77.633)
Contribuição social	(970)	(29.133)
IRPJ e CSLL correntes	(852)	(106.766)
IRPJ e CSLL diferidos	1.539	1.162
IRPJ e CSLL registrados no resultado	687	(105.604)
Alíquota efetiva	0,22%	(16,80%)

NOTA 17 Receitas com transações de pagamentos

As Receitas com transações de pagamentos são provenientes da remuneração sobre os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito; mensalidades; aluguéis e franquia dos equipamentos de captura; da prestação de serviços sobre utilização de rede de Adquirência; e, das taxas de registro e desconto obtidas sobre a antecipação do recebimento de vendas aos estabelecimentos credenciados.

	2º semestre 2023	2023
Rendas MDR	250.681	493.001
Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	171.710	323.215
Outros	37.142	77.885
Total	459.533	**894.101**

NOTA 18 Despesas operacionais

	2º semestre 2023	2023
Processamento de dados e comunicação (a)	(32.997)	(62.821)
Serviços Técnicos Especializados (b)	(16.652)	(32.574)
Repasses a parceiras e bandeiras (c)	(47.213)	(91.740)
Outros (d)	(2.867)	(5.357)
Total	(99.729)	**(192.492)**

(a) Custos para captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.
(b) Custos com os serviços técnicos especializados fundamentais para a entrega dos serviços prestados.
(c) Valor devido às bandeiras pela efetivação das transações realizadas com os cartões de crédito e débito (Fee de Bandeira); valor repassado às companhias parceiras pelo fornecimento de software cobrado sobre o volume transacionado com cartões de débito e crédito, pela manutenção dos equipamentos, pelo serviço de logística e, relativo à manutenção da plataforma com os aplicativos disponibilizados pela companhia a seus credenciados (VeroStore).
(d) Demais custos com insumos, licenças, aluguéis e outros.

NOTA 19 Despesas administrativas e de pessoal

	2º semestre 2023	2023
Serviços Técnicos e Especializados	(5.216)	(8.880)
Serviços de Terceiros	(24.062)	(43.659)
Patrocínios, Publicidade e Propaganda	(14.589)	(28.034)
Outros	(3.290)	(6.232)
Total Despesas Administrativas	(47.157)	**(86.806)**
Proventos	(1.485)	(2.587)
Benefícios	(339)	(638)
Encargos Sociais	(785)	(1.766)
Diretoria e Conselhos	(2.192)	(4.847)
Remuneração de Estagiários	(432)	(789)
Total Despesas de Pessoal	(5.233)	**(10.627)**
TOTAL	(52.389)	**(97.432)**

NOTA 20 Despesas tributárias

	2º semestre 2023	2023
PIS	(6.399)	(12.638)
COFINS	(31.738)	(62.622)
ISS	(13.261)	(26.088)
Outros	(30)	(61)
Total	(51.428)	**(101.409)**

NOTA 21 Outras receitas (despesas)

	2º semestre 2023	2023
Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	(187)	(365)
Perdas incorridas e Provisão para perda	(1.300)	(2.231)
Recuperação encargos	1.652	2.872
Variação Cambial	(636)	(1.830)
Outros	(328)	(1.802)
Total	(799)	**(3.356)**

NOTA 22 Transações entre partes relacionadas

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	2023		2º semestre 2023
	Ativo (Passivo)	**Receita (Despesa)**	**Receita (Despesa)**
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (a)			
Caixa e equivalentes de caixa[(1)]	430.793	111.841	46.385
Contas a Receber	1.021.549	4	2
Outros	682	3.364	1.882
Reembolso custo/despesa de pessoal	(11.967)	(64.513)	(33.856)
Reembolso custo/despesa de comunicação e processamento	(6.019)	(24.786)	(12.117)
Reembolso despesas gerais	(1.171)	(2.078)	(467)
Empresas coligadas grupo Banrisul (b)			
Contas a Receber	3	-	-
Estado do Rio Grande do Sul			
Clientes	2	-	-

(a) Existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) - Controlador e a Companhia, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.
[(1)]Saldo composto por aplicações em CDB pós fixados (R$ 422.869) e valores mantidos em contas de depósito (R$ 7.924).
(b) A Companhia possui contrato com o Banrisul, o qual abrange também as demais subsidiárias - coligadas do grupo Banrisul: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Armazéns Gerais S.A. - para fornecimento mensal de serviço de cartões alimentação e refeição além da cedência mútua de empregados. Estas transações foram contratadas com condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

b) Remuneração da administração

	2023
Remuneração e benefícios	(4.847)
Encargos sociais	(805)
Total	**(5.652)**

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Pagamentos não possui política de remuneração através de plano baseado em ações. Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e a remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatuto Social da Companhia.

A Companhia é patrocinadora de Plano de Benefícios definido junto a Fundação Banrisul de Seguridade Social relativo ao seu quadro de funcionários (Nota 24).

NOTA 23 Gestão de risco

A Banrisul Pagamentos não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Risco de liquidez

A Banrisul Pagamentos atende à Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banrisul, seu controlador. Para a efetividade da gestão e atendimento às normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Resolução BCB nº 25/2020), a Companhia estabelece políticas e procedimentos específicos que visam evitar possível escassez de caixa, descasamento no fluxo de caixa, incapacidade em honrar as obrigações e incapacidade em converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

A Companhia mitiga o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Além disso, a Banrisul Pagamentos mantém adequadas reservas de recursos e linhas de crédito para captação de possíveis empréstimos que julgue necessário.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

banrisul pagamentos

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.934.215/0001-06 - Rua Siqueira Campos, 832 – 4º andar, Porto Alegre – RS

b) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para atenuar esse risco e estar em consonância com as normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Resolução BCB nº 25/2020), a Banrisul Pagamentos atende à Política de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banrisul e estabelece políticas e procedimentos específicos para identificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos de crédito aos quais está exposta. Para os credenciados Banricard, detentores de conta no Banrisul, a Companhia considera a análise de crédito efetuada pelo controlador Banrisul. No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas aplicações financeiras no Banrisul, seu controlador.

c) Risco de mercado

A Banrisul Pagamentos possui aplicações em ativos de renda fixa concentrados em CDI/Selic, especificamente em CDBs e títulos públicos federais (Tesouro Selic). A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos de instrumentos derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável e não relevante a sua exposição ao risco mencionado acima.

d) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos, estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e atender as exigências dispostas no CPC 40, a Banrisul Pagamentos realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como sujeitas ao risco de taxas de juros.

A exposição ao risco da empresa é ativa e concentrada em CDI/Selic. Dessa forma, ele se materializa quando da redução de taxa de juros. A posição dos ativos e a exposição a este risco é monitorada pela Banrisul Pagamentos e também pela entidade líder do conglomerado prudencial, que acompanha diariamente a exposição das empresas do grupo através de demonstrativos, conforme sua política de risco e reportes ao Banco Central do Brasil. Foram aplicados choques às taxas, proporcional do trimestre, sensibilizando a rentabilidade desses ativos considerando os seguintes cenários, aplicados sobre o CDI anual: +/-0,75 pp (Cenário 1), +/-1 p.p. (Cenário 2) e +/-1,5 p.p (Cenário 3). A taxa CDI acumulada trimestral, aplicada aos cenários abaixo, foi de 2,84%.

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a variação de 0,75 p.p. na taxa anual nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2023, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 2,31%.

Cenário 2: Situação Possível. Foi considerada como premissa a variação de 1 p.p. na taxa anual nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2023, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 2,13%.

Cenário 3: Situação Remota. Foi considerada como premissa a variação de 1,5 p.p. nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2023, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 1,78%.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações. As análises de sensibilidade, abaixo identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a perpetuação de perdas significativas. Reforçamos que essas perdas refletem diretamente no resultado da instituição, mas apenas nos cenários com nova redução de taxa de juros ou efeitos de marcação à mercado sobre os títulos Tesouro Selic (fenômeno incomum, porém observado em setembro de 2020). A instituição possui exposição comprada (ativos) concentrados em CDI/Selic, a partir desta referência, incluímos o Cenário 1 - situação provável, uma vez que temos sinalização por parte do Comitê de Política Monetária – COPOM acerca da continuidade ou a manutenção do atual patamar da taxa de juros, ou seja, de queda na taxa de juros.

Em milhões R$

	31/12/2023			31/12/2022		
Cenário	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros	3.349	4.454	6.646	0	7.682	11.457
Total	3.349	4.454	6.646	0	7.682	11.457

Definições:
- Taxa de juros - Exposições sujeitas a variações de taxas de juros ou cupons de taxas de juros;
- Em 31 de dezembro de 2023, o saldo exposto à variação do DI foi de R$ 422,9 milhões, e em 31 de dezembro de 2022 era R$ 1.003,8 milhões; já a exposição em Selic, foi de R$ 247,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 e inexistente em 31 de dezembro de 2022.

Premissas:

CDBs/LFTs (Tesouro Selic)

A taxa utilizada para o teste de sensibilidade dos CDBs e LFTs é resultante da comparação de rentabilidade acumulada proporcional entre CDBs/LFTs x CDI, encontrado na central de sistemas da CVM.Utilizou-se as variáveis de rentabilidade do CDB DI.

NOTA 24 Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a empregados

A Banrisul Pagamentos é patrocinadora da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nos 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução nº 4.994/22 do CMN. O art. 8°, da Resolução nº 4.994/22 do CMN determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar da Banrisul Pagamentos se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido e Contribuição Variável, entre os atuários internos da própria Fundação Banrisul no caso do plano de Benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de "benefício definido"), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de "contribuição variável") e do Plano FBPREV CD (modalidade de "contribuição definida"), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, Resolução Previc nº 23/2023 e Portaria Previc nº 363/2023.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 31/12/2023	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (% a.a.)	Plano Saúde[1] (% a.a.) PAM	POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa Real de Desconto Atuarial	5,34	5,37	5,35	5,38	5,35	5,44	5,44	5,44	5,35
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	5,34	5,37	5,35	5,38	5,35	5,44	5,44	5,44	5,35
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	0,66	-	6,06	2,01	0,41	Cfe. Nota [2]	n/a	n/a	6,06
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90
Taxa de Desconto Nominal	9,45	9,48	9,46	9,49	9,46	9,55	9,55	9,55	9,46
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	9,45	9,48	9,46	9,49	9,46	9,55	9,55	9,55	9,46
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	4,59	3,90	10,20	5,99	4,33	Cfe. Nota [2]	n/a	n/a	10,20
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,21	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	4,94	4,94	3,90

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2022	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (% a.a.)	Plano Saúde[1] (% a.a.) PAM	POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa Real de Desconto Atuarial	6,10	6,14	6,11	6,14	6,10	6,17	6,17	6,17	6,09
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	6,10	6,14	6,11	6,14	6,10	6,17	6,17	6,17	6,09
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,36	-	5,15	1,51	0,41	Cfe. Nota [2]	n/a	n/a	5,15
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	-	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23
Taxa de Desconto Nominal	11,65	11,69	11,66	11,69	11,65	11,72	11,72	11,72	11,64
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	11,65	11,69	11,66	11,69	11,65	11,72	11,72	11,72	11,64
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,66	5,23	10,65	6,82	5,66	Cfe. Nota [2]	n/a	n/a	10,65
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,55	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	6,28	5,23

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas em 31/12/2023	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PB I	AT – 2000 (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREV III 2015-2022	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	A conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem). Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Saldado 2015-2022	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	A Conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem) Concedido: Família Real
Plano FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015 2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	Winklevoss	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREVII 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT – 2000 (- 10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas	Experiência PBI FBPREVIII 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde [3]:							
PAM	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência [2]
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Não utilizado
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não utilizado

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.
(3) Grupo 1: inscrição até 23/01/1978; Grupo 2: inscrição entre 24/01/1978 e 30/06/1983; Grupo 3: inscrição entre 01/07/1983 a 31/12/1990; e Grupo 4: inscrição a partir de 01/01/1991.

Hipóteses Demográficas em 31/12/2022	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PB I	AT – 2000 (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREV III 2015-2020	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	A conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem). Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Saldado 2015-2020	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	A Conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem) Concedido: Família Real
Plano FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015 2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	Winklevoss	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREVII 2015-2021	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT – 2000 suavizada 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas	Experiência PBI FBPREVIII 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde [3]:							
PAM	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência [2]
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREV I 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREV I 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Não utilizado
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2020	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não utilizado

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.
(3) Grupo 1: inscrição até 23/01/1978; Grupo 2: inscrição entre 24/01/1978 e 30/06/1983; Grupo 3: inscrição entre 01/07/1983 a 31/12/1990; e Grupo4: inscrição a partir de 01/01/1991.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Pagamentos.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Pagamentos determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução nº 110 da CVM e Resolução nº 4.877/20 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência em 29/12/2023.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 23/2023 e com Portaria Previc nº 363/2023, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.
A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação.
O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual. Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Pagamentos contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Pagamentos contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição definida", abrangem benefícios de: aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

(i) Parcela básica: pode variar entre 1%, a 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação;

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Pagamentos contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde (PAM, POD e PROMED) – a Banrisul Pagamentos oferece planos de saúde, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) – a Banrisul Pagamentos concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

A Banrisul Pagamentos e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Pagamentos está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão da Banrisul Pagamentos são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos são os seguintes:

Planos:	PB I % Alocação		PBS % Alocação		FBPREV % Alocação		FBPREV II % Alocação		FBPREV III % Alocação		Saúde % Alocação	
Categorias	Dez23	Dez22	Dez23	Dez22	Dez23	Dez22	Dez23	Dez22	Dez23	Dez22	Dez23	Dez22
Caixa e Equivalente	0,01	0,03	-	-	0,01	0,01	0,01	-	-	-	0,03	0,12
Renda Fixa	70,15	84,97	75,51	77,97	83,56	85,44	79,81	82,69	85,46	89,46	98,26	97,86
Renda Variável	6,92	6,10	4,35	3,95	0,91	1,21	1,84	1,85	5,73	5,21	1,71	2,02
Imóveis	5,48	5,26	3,42	3,40	-	-	1,32	1,43	4,48	4,43	-	-
Outros	17,44	3,64	16,72	14,68	15,52	13,34	17,02	14,03	4,33	0,90	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R$9.681(31/12/2022 - R$7.322) e imóveis alugados com um valor justo de R$156.142(31/12/2022 - R$143.786).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e, de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo)/Passivo Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2023	31/12/2022
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	1.432	1.327
Plano Saldado (PBS)	2.008	1.192
Plano FBPREV (FBPREV)	(2)	(2)
Plano FBPREV II (FBPREV II)	(63)	(56)
Plano FBPREVIII (FBPREVIII)	252	186
Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED)	(290)	(518)
Prêmio Aposentadoria	577	641
Total	**3.914**	**2.770**

Em 31 de dezembro de 2023, o reconhecimento contábil registrado no Patrimônio Líquido como Ajustes de Avaliação Patrimonial, decorrente de ganhos atuarias e perdas atuariais apurados no remensuramento do laudo atuarial, totalizou o montante de (R$ 1.281).

A composição do (ativo)/passivo atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e, de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo (Ativo) Líquido em 31/12/2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliaçao Atuarial	4.743	14.272	3	321	987	530	577
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.311)	(12.264)	(12)	(544)	(735)	(820)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	**1.432**	**2.008**	**(9)**	**(223)**	**252**	**(290)**	**577**
Efeito do Teto de Ativo	-	-	7	160	-	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	**1.432**	**2.008**	**(2)**	**(63)**	**252**	**(290)**	**577**

Apuração do Passivo (Ativo) Líquido em 31/12/2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliaçao Atuarial	4.687	12.907	4	309	976	518	641
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.360)	(11.715)	(8)	(423)	(790)	(2.166)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	**1.327**	**1.192**	**(4)**	**(114)**	**186**	**(1.648)**	**641**
Efeito do Teto de Ativo	-	-	2	58	-	1.130	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	**1.327**	**1.192**	**(2)**	**(56)**	**186**	**(518)**	**641**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	**4.687**	**12.907**	**4**	**309**	**976**	**518**	**641**
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(4)	(3)	-	2	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	213	38	-	-	5	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	490	1.393	-	32	99	57	36
Benefícios Pagos no Período	(744)	(1.052)	-	(28)	(121)	(47)	(90)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	97	986	3	11	28	-	(10)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**4.743**	**14.272**	**3**	**321**	**987**	**530**	**577**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	**5.481**	**13.945**	**6**	**333**	**1.036**	**492**	**623**
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(2)	(4)	-	(6)	1
Contribuições de Participante Realizadas no Período	177	35	-	-	1	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	567	1.484	-	34	107	56	37
Benefícios Pagos no Período	(694)	(989)	-	(27)	(117)	(49)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(844)	(1.568)	-	(27)	(51)	25	(20)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**4.687**	**12.907**	**4**	**309**	**976**	**518**	**641**

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	**(3.360)**	**(11.715)**	**(8)**	**(423)**	**(790)**	**(2.166)**	**-**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	744	1.052	-	28	121	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(213)	(38)	-	-	(5)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(273)	(35)	-	-	(5)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(336)	(1.219)	(1)	(44)	(78)	(238)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	127	(309)	(3)	(105)	22	1.584	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**(3.311)**	**(12.264)**	**(12)**	**(544)**	**(735)**	**(820)**	**-**

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	**(3.803)**	**(11.486)**	**(6)**	**(427)**	**(851)**	**(2.002)**	**-**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	694	989	-	27	117	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(177)	(35)	-	-	(1)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(96)	(35)	-	-	(1)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(419)	(1.214)	-	(45)	(86)	(227)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	441	66	(2)	22	32	63	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**(3.360)**	**(11.715)**	**(8)**	**(423)**	**(790)**	**(2.166)**	**-**

Passivo (Ativo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**1.327**	**1.192**	**(2)**	**(56)**	**186**	**(518)**	**641**
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	154	174	(5)	(9)	21	(57)	36
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	224	677	5	2	50	332	(10)
Contribuições do Empregador	(273)	(35)	-	-	(5)	(47)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(90)
Passivo/ (Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**1.432**	**2.008**	**(2)**	**(63)**	**252**	**(290)**	**577**

Passivo (Ativo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**1.678**	**2.459**	**-**	**(71)**	**185**	**(492)**	**623**
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	148	270	(2)	(11)	21	(65)	38
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(403)	(1.502)	-	26	(19)	88	(20)
Contribuições do Empregador	(96)	(35)	-	-	(1)	(49)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	-
Passivo/ (Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**1.327**	**1.192**	**(2)**	**(56)**	**186**	**(518)**	**641**

Resultado do Exercício de 2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(4)	(3)	-	2	-
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	490	1.393	-	32	99	57	36
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(336)	(1.219)	(1)	(44)	(78)	(238)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	-	6	-	122	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	**154**	**174**	**(5)**	**(9)**	**21**	**(57)**	**36**

Resultado do Exercício de 2022	Plano de Benefícios I	39 Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(2)	(4)	-	(6)	1
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	567	1.484	-	34	107	56	37
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(419)	(1.214)	-	(45)	(86)	(227)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	-	4	-	112	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	**148**	**270**	**(2)**	**(11)**	**21**	**(65)**	**38**

Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Exercício de 2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	127	(309)	(3)	(105)	22	1.584	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	97	986	3	11	28	-	(10)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-	5	96	-	(1.252)	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	**224**	**677**	**5**	**2**	**50**	**332**	**(10)**

Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Exercício de 2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	441	66	(2)	22	32	63	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(844)	(1.568)	-	(27)	(51)	25	(20)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-	2	31	-	-	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	**(403)**	**(1.502)**	**-**	**26**	**(19)**	**88**	**(20)**

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	-	(2)	-	-	-
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	425	1.300	-	29	87	25	28
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(299)	(1.114)	(1)	(51)	(65)	(39)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	1	15	-	-	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	**126**	**186**	**-**	**(9)**	**22**	**(14)**	**28**

Fluxo de Caixa no Período:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	273	35	-	-	5	47	-
Contribuições do Participante	213	38	-	-	5	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	744	1.052	-	28	121	47	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	90

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	182	85	-	2	9	44	-
Contribuições do Participante	310	85	-	2	9	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	801	1.238	-	32	121	44	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	577

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Maturidade do Valor Presente da Obrigação (VPO)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
2024	801	1.238	-	32	121	44	577
2025	763	1.290	-	33	113	17	-
2026	745	1.268	-	29	109	17	-
2027	726	1.245	-	26	104	17	-
2028	706	1.220	-	25	100	17	-
2029 a 2033	3.169	5.669	-	93	430	203	-

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duração Média Ponderada do Valor Presente da Obrigação (em Anos)	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde[1] (% a.a.) PAM	POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria
31/12/2023	8,14	10,13	9,09	10,57	8,78	Conforme Planos de Previdência [1]	9,95	12,55	8,49
31/12/2022	8,10	10,04	9,36	10,18	8,48	Conforme Planos de Previdência [1]	10,07	12,40	6,93

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2023	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde[1] (% a.a.) PAM	POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	1	4	-	1	-	4	4
Assistidos	21	20	1	3	12	36	11	21	-
Total	**21**	**22**	**2**	**7**	**12**	**37**	**11**	**25**	**4**

Quantidade de Participantes em 31/12/2022	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde[1] (% a.a.) PAM	POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	2	4	-	2	1	6	5
Assistidos	22	21	-	3	12	35	7	20	-
Total	**22**	**23**	**2**	**7**	**12**	**37**	**8**	**26**	**5**

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) – 31/12/2023		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(171)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	129
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(125)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	139

Plano Saldado (PBS) – 31/12/2023		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(612)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	663
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(420)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	478

Plano FBPREV (FBPREV) – 31/12/2023		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	-
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	-
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	-
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	-

Plano FBPREV II (FBPREV II) – 31/12/2023		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(9)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	11

Plano FBPREV III (FBPREV III) – 31/12/2023		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(35)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	36
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(28)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	31

Plano Saúde – 31/12/2023		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(23)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	25
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(19)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	21

Prêmio Aposentadoria – 31/12/2023		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	-
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	-
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	-
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento ("Banrisul Pagamentos"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Banrisul Pagamentos, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Banrisul Pagamentos é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Outros assuntos

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, sem comparação com o exercício anterior, devido a Administração ter optado pela faculdade prevista no artigo 42° da Resolução BCB nº 2/2020 de não apresentar informações comparativas nessas demonstrações financeiras por ser tratar da primeira elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Pagamentos continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Pagamentos ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Pagamentos são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Pagamentos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Pagamentos. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Pagamentos a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento (anteriormente denominada Banrisul Cartões S.A.), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Por unanimidade, opinamos favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2024.

Micheli Tassiani Petry Flavia Colossi Frey Luiz Valdir Andres
Conselheiros

DIRETORIA

Luiz Gonzaga Veras Mota
Presidente

Elizabete Rejane Sodré Tavares
Antônio Carlos Antunes
Luiz Fernando Mesquita Souza
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Lemos
Presidente

Cristiano Machado Costa
Vice-Presidente

Bruno Silva da Silveira
Eduardo Cunha da Costa
Giusepe Lo Russo
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Victor Herzer da Silva
Conselheiros

Ana Roselaine Leindeker da Silva
Contadora CRC RS 056194

SEGURADORA

Sabemi

CNPJ nº 87.163.234/0001-38
NIRE 43300032990
Carta Patente SUSEP nº 021
Rua Sete de Setembro, 515 - térreo - 5º e 9º andares
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Acionistas e Stakeholders:
A Diretoria da Sabemi Seguradora S/A submete a V.Sas. o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2023.

Contexto Operacional
Em 2023, a empresa colheu os resultados do processo iniciado em 2022, o qual envolveu uma revisão abrangente e modificações em sua estrutura de custos diretos, despesas e investimentos. Os frutos dessa iniciativa refletiram-se em resultados mais consistentes e um crescimento robusto. A companhia passou de 428 mil segurados em dezembro de 2022 para 1.476 mil segurados em dezembro de 2023.
Nossos produtos e serviços foram ajustados para atender às crescentes demandas do mercado. Seguimos investindo em soluções tecnológicas que proporcionam uma experiência mais ágil e personalizada aos nossos segurados e corretores. Ao mesmo tempo, expandimos nosso portfólio de produtos para incluir coberturas adaptadas às novas realidades e necessidades dos segurados.
Em 2024, devemos priorizar a otimização dos processos operacionais, com o intuito de reduzir custos e aprimorar a eficiência. A busca ativa por tecnologias emergentes, como inteligência artificial e automação, será fundamental para aprimorar o relacionamento com clientes e parceiros, otimizar a subscrição e a gestão de riscos. Tudo isso será feito mantendo um compromisso firme com os mais elevados padrões de segurança e conformidade regulatória.
O futuro se revela extremamente promissor em nossas expectativas. Os ajustes internos implementados nos últimos três anos, abrangendo processos, tecnologia e desenvolvimento de equipe, consolidam nossa confiança de estarmos ainda mais preparados para tirar proveito de todas as oportunidades de crescimento que se apresentarão.

Economia e Ambiente de Negócios
Em 2023, o cenário econômico mundial enfrentou desafios significativos, resultando em uma das taxas de crescimento mais baixas das últimas décadas puxada pelos efeitos prolongados da pandemia e conflitos geopolíticos.
Em relação ao Brasil, a expectativa, segundo o Banco Central, é encerrar 2023 com um crescimento de 3% e a projeção para 2024 é 1,8%. O IPCA acumulado em 2023 fechou em alta de 4,62%, ficando dentro da meta estabelecida para o ano cujo teto era de 4,75%. Neste contexto, o Banco Central desempenhou um papel exemplar na condução da política monetária em 2023. A estabilidade inflacionária e as taxas de juros controladas contribuíram para um ambiente mais favorável aos negócios. Com isso, a taxa básica de juros da economia brasileira fechou o ano em 11,75%, o menor patamar desde março de 2022.
Neste mesmo período, o mercado segurador brasileiro manteve sua dinâmica, refletindo a complexidade e as transformações no cenário econômico e social. A demanda por seguros permaneceu robusta, acompanhada por uma crescente conscientização dos consumidores, que impulsionou a busca por soluções inovadoras e personalizadas.
Diante desse contexto, a CNseg estima um crescimento de 9,4% em 2023 e projeta um aumento ainda mais expressivo, de 10,9%, para o mercado segurador em 2024. A amplificação notável do papel social vital do setor de seguros na promoção da estabilidade e melhoria na qualidade de vida das pessoas destaca-se nos últimos anos.
Para garantir o sucesso neste ambiente em constante evolução, a capacidade de inovação e a busca por soluções sustentáveis tornam-se essenciais para as seguradoras, consolidando-as como agentes proativos na construção de um futuro mais seguro e resiliente.

Mercado de atuação
A Sabemi Seguradora S/A é uma Companhia com cinco décadas de atividade, especializada no segmento de consignação em folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de Seguro de Pessoas, Previdência Complementar e Assistência Financeira a seus segurados e participantes, em todo o território nacional.

Desempenho da Companhia
A Companhia registrou lucro líquido no exercício de R$ 15.114 mil, representando uma rentabilidade de 23 % sobre o patrimônio líquido médio.
O resultado da Companhia decorre principalmente de receita com prêmio de seguro de acidentes pessoais e da receita financeira gerada pelas assistências financeiras realizadas a seus participantes.
As receitas com prêmios de seguros tiveram um aumento de 17,35 %, enquanto as rendas de contribuições apresentaram um aumento de 0,18 %, quando comparado com o mesmo período de 2022.
O índice de sinistralidade ficou em 10,35 % em relação ao prêmio ganho. O índice combinado ficou em 0,89.

Organização societária
Não houve, no exercício 2023 alterações societárias.

Dividendos
A Companhia optou pelo pagamento dos juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação vigente, atendendo os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia.

Controles internos
A Companhia, com vistas a garantir um crescimento sustentado, tem utilizado as boas práticas de Governança Corporativa, investindo fortemente na busca da excelência da gestão, para aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.
A qualificação dos colaboradores; uso da tecnologia; melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos; gerenciamento de riscos são prioridades para a diretoria.
Com vistas a propiciar um quadro de gestão profissionalizada, a Controladora estruturou um Conselho Consultivo, com a atribuição de orientar estrategicamente os negócios e a governança do grupo, dentre eles o da Sabemi Seguradora S/A, atuando de forma a proteger os interesses e a maximizar investimentos.

Ouvidoria
Desde a sua constituição em 2005, a Ouvidoria vem atuando com estratégia proativa, identificando a origem dos problemas para solucioná-los definitivamente, cumprindo a missão de verdadeira mediadora de conflitos entre a companhia e o segurado e/ou beneficiário, depois de esgotados os demais canais de acesso e atendimento disponíveis.

Segurança da informação
A Companhia vem constantemente implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, objetivando a proteção das informações dos clientes e da Companhia, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Recursos humanos
A Sabemi tem como política de Recursos Humanos a seleção, retenção e desenvolvimento de talentos para dar suporte ao seu plano de crescimento sustentado. Para valorização da competência de seus colaboradores, instituiu desde 2006 um programa de participação nos resultados. Ademais, a Companhia vem investindo fortemente no programa de desenvolvimento, aprimoramento e qualificação dos colaboradores, pois acredita que o potencial realizador das pessoas é a base de sustentação dos seus negócios.

Declaração sobre a capacidade financeira
As aplicações financeiras estão classificadas como “títulos para negociação”, ajustados pelo valor de mercado.
Os benefícios de planos previdenciários e sinistros são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelos órgãos reguladores.

Perspectivas futuras
A Sabemi Seguradora tem uma expectativa positiva para o futuro, acreditando que continuará a crescer e expandir suas operações de seguro, plano de previdência complementar na modalidade de pecúlio e operações financeiras.
A expansão para novos modelos de comercialização de seguros, a melhoria contínua de nossos processos e a oferta de serviços personalizados e de qualidade são fatores que nos diferenciam e que continuarão a ser nosso foco nos próximos anos.
Além disso, com o objetivo de ampliar os resultados, a administração continuará reavaliando a estrutura de custos para dar suporte às operações de forma a obter maior otimização dos recursos aplicados.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados. Agradecemos também aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes o indispensável apoio e a confiança, que fortalecem e reforçam nosso compromisso em superar as expectativas.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024.
A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares reais

Ativo	2023	2022
Circulante	93.895	97.748
Disponível (Nota 5)	3.937	4.016
Caixa e bancos	3.937	4.016
Equivalente de caixa (Nota 5)	12.220	-
Aplicações (Nota 6)	22.581	23.587
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 6.4.1)	5.345	5.988
Prêmios a receber	5.264	4.965
Operações com seguradoras	80	961
Operações com resseguradoras	1	62
Créditos das operações com previdência compl. (Nota 6.4.2)	4.391	4.690
Valores a receber	4.391	4.690
Ativos de resseguro e retrocessão	94	1
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.3)	40.450	48.954
Títulos e créditos a receber	25.752	32.352
Créditos tributários e previdenciários	1.312	63
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	12.633	15.470
Outros créditos	753	1.069
Outros valores e bens	26	89
Outros valores	26	89
Despesas antecipadas (Nota 7)	4.829	10.422
Custos de aquisição diferidos	22	1
Seguros	22	1
Ativo não circulante	40.552	42.694
Realizável a longo prazo	39.771	41.786
Títulos e créditos a receber	36.511	35.350
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.3)	14.047	11.138
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 10.1)	9.481	8.069
Depósitos judiciais (Nota 9)	6.936	6.051
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	6.047	10.092
Outros valores e bens (Nota 8)	2.804	5.229
Despesas antecipadas (Nota 7)	456	1.207
Investimentos	288	284
Participações societárias (Nota 11)	256	252
Outros investimentos (Nota 11)	32	32
Imobilizado (Nota 12)	454	561
Bens móveis	454	561
Intangível (Nota 13)	39	63
Outros intangíveis	39	63
Total do ativo	134.447	140.442

Passivo e patrimônio social	2023	2022
Circulante	30.237	38.949
Contas a pagar	6.501	10.975
Obrigações a pagar (Nota 14)	3.181	5.969
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 15)	1.361	1.563
Encargos trabalhistas	1.470	1.906
Impostos e contribuições (Nota 17)	272	561
Outras obrigações	217	976
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.379	3.623
Prêmios a restituir	3	-
Operações com seguradoras	-	2.198
Operações com resseguradoras	141	93
Corretores de seguros e resseguros	1.040	982
Outros passivos operacionais	195	350
Débitos de operações com previdência complementar	-	2
Outros passivos operacionais	-	2
Depósitos de terceiros (Nota 18)	1.308	36
Provisões técnicas - seguros (Nota 19)	11.043	11.716
Pessoas	11.043	11.716
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19)	9.533	10.102
Planos não bloqueados	9.533	10.102
Outros débitos	473	2.495
Passivos de arrendamento (Nota 20)	473	2.495
Passivo não circulante	39.491	34.849
Contas a pagar	440	705
Outras contas a pagar	440	705
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19)	163	142
Planos não bloqueados	163	142
Outros débitos	36.508	30.986
Provisões judiciais (Nota 22 (b)	36.508	30.986
Débitos diversos	2.380	3.016
Passivos de arrendamento (Nota 20)	2.380	3.016
Patrimônio líquido (Nota 23)	64.719	66.644
Capital social	55.000	55.000
Reservas de lucros	9.719	11.644
Total do passivo e do patrimônio líquido	134.447	140.442

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares reais

	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022	**55.000**	**8.142**	**2.192**	**-**	**65.334**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**1.718**	**1.718**
Proposta de destinação do resultado:					
Reserva legal	-	86	-	(86)	-
Reserva retenção lucros	-	-	1.224	(1.224)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 23.2)	-	-	-	(408)	(408)
Em 31 de dezembro de 2022	55.000	8.228	3.416	-	66.644
Dividendos s/resultado de exercícios anteriores aprovados em AGE 29/01/2024 (Nota 23.2)	-	-	(3.416)	-	(3.416)
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**15.114**	**15.114**
Proposta de destinação do resultado:					
Reserva legal	-	755	-	(755)	-
Reserva retenção lucros	-	-	736	(736)	-
Juros sobre o capital/dividendos antecipados (Nota 23.2)	-	-	-	(13.623)	(13.623)
Em 31 de dezembro de 2023	**55.000**	**8.983**	**736**	**-**	**64.719**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Operações de seguros (Nota 24)		
Prêmios emitidos líquidos	126.300	107.847
Contribuições para cobertura de riscos	29.552	29.598
Variação das provisões técnicas de prêmios	(999)	(1.138)
Prêmios ganhos (Nota 24)	154.853	136.307
Sinistros ocorridos (Nota 24)	(16.023)	(8.548)
Custo de aquisição (Nota 24)	(25.314)	(24.606)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 24)	(18.045)	(5.479)
Resultado com operações de resseguro – despesa com resseguro	(279)	(241)
Variação de outras provisões técnicas	(197)	(75)
Custo de aquisição (Nota 24)	(1.430)	(1.498)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 24)	(9)	(15)
Despesas administrativas (Nota 24)	(68.292)	(92.923)
Despesas com tributos (Nota 24)	(7.759)	(7.619)
Resultado financeiro (Nota 24)	5.315	6.989
Resultado patrimonial	6	9
Resultado operacional	22.826	2.301
Ganhos e perdas com ativos não correntes (Nota 24)	(5)	(35)
Resultado antes dos impostos e participações	22.821	2.266
Imposto de renda (Nota 10.2)	(4.488)	(149)
Contribuição social (Nota 10.2)	(3.018)	(99)
Participações sobre o resultado	(201)	(300)
Lucro líquido do exercício	15.114	1.718
Quantidade de ações	79	79
Lucro por ação - em Reais	181.312,41	21.746,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares reais

	2023	2022
Resultado do exercício	15.114	1.718
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	15.114	1.718

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares reais

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.114	1.718
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	138	360
Perda na alienação de imobilizado e intangível	5	35
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	1.006	7.111
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguros	643	(5.124)
Créditos das operações com previdência complementar	299	109
Ativos de resseguro	(93)	21
Créditos fiscais e previdenciários	(2.661)	4.238
Ativo fiscal diferido	(21)	5
Depósitos judiciais e fiscais	(885)	(958)
Despesas antecipadas	6.344	4.986
Outros ativos	13.375	(24.151)
Impostos e contribuições	7.992	(1.617)
Outras contas a pagar	(3.815)	(4.392)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(2.244)	165
Débitos de operações com previdência complementar	(2)	(24)
Depósitos de terceiros	1.272	(134)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(673)	(3.489)
Provisões técnicas - previdência complementar	(548)	(2.450)
Provisões judiciais	5.522	10.520
Outros Passivos	(2.658)	(2.813)
Caixa gerado pelas operações	38.110	(15.884)
Imposto sobre o lucro pagos	(8.918)	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	29.192	(15.884)
Atividades de investimento		
Alienação de imobilizado	2	12
Aquisição de imobilizado	(14)	(8)
Caixa líquido consumido (gerado) nas ativ. de investimentos	**(12)**	**4**
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(17.039)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(17.039)	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	12.141	(15.880)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.016	19.896
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.157	4.016
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	12.141	(15.880)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

...Continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A Sabemi Seguradora S.A ("Seguradora" ou "Companhia") tem por objeto operar em seguros de pessoas, bem como em previdência privada complementar, nas modalidades de pecúlio e de renda, operando em todo território nacional. A Seguradora possui sede na Rua Sete de Setembro 515 - térreo, 5° e 9° andares, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
A Severo Participações S.A é controladora da Sabemi Seguradora S.A com participação de 100% no capital social em 31 de dezembro de 2023.
As atividades da Companhia são realizadas entre outras empresas do Grupo econômico Sabemi.
A Seguradora também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP n° 600/20.
No exercício social de 2009, a Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, mediante aprovação do Processo nº 15414.004076/2008-85 pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através de Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.
2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 26 de fevereiro de 2024.
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.
2.3 Caixa e equivalentes de caixa (Disponível)
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.
2.4 Ativos financeiros
Classificação
A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são contabilizados ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.
Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.
A Seguradora não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo.
(b) Ativos financeiros disponíveis para venda
Os ativos financeiros disponíveis para a venda não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados no ativo não circulante, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.
(c) Empréstimos e recebíveis
Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem as operações de assistência financeira, prêmios e títulos e créditos a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
(i) Reconhecimento e mensuração
Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta especifica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.
O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.
(ii) Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
(iii) Recuperabilidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
A Seguradora avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.
Os critérios que a Seguradora adota para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:
• dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
• quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
• declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
• desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
• dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Seguradora mensura o prejuízo. Nesta circunstância o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.
Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.
A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos e vincendos, de acordo com o estudo técnico da Seguradora. Foi avaliada a recuperabilidade (*impairment*) destes ativos em 31 de dezembro de 2023.
2.5 Ativos não circulantes
Realizável a longo prazo
É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusos, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, auferidos até a data do balanço.
2.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas e provisões diversas, conforme destacado na Nota 9.
Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações.
2.7 Depósitos judiciais
A Seguradora reconhece como depósitos judiciais os bloqueios bancários transferidos para juízo, até o desfecho do processo relacionado, de acordo com as informações advindas do departamento jurídico.
2.8 Investimentos
Registrados pelo custo de aquisição, composto principalmente por ações da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e obras de arte.
2.9 Imobilizado
Registrado pelo custo de aquisição, composto principalmente por equipamentos e móveis e utensílios.
As depreciações foram efetuadas pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de vida útil dos bens às taxas anuais de 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados.
2.10 Intangível
Registrado pelo custo de aquisição e amortizado pelo método linear, levando-se em consideração o prazo determinado pela legislação vigente. Este grupo está representado por licenças de sistemas aplicativos.
As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até cinco anos.

2.11 Contratos de arrendamento
Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.
A Seguradora arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédio comercial para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais a Seguradora detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento**.**
Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo.
IFRS 16 (CPC 06 (R2) – A norma CPC 06 (R2) estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.
2.12 Contratos de seguros
A Seguradora classifica todos os contratos de seguros com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários com substância comercial em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre. Em geral, a Seguradora define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades pagas pelos participantes.
2.13 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro
Passivos de contratos de seguros
As provisões técnicas, calculadas pelo Atuário Responsável Técnico, visam dar garantia às operações de seguros de pessoas e de previdência complementar, e são constituídas em consonância com os normativos em vigor, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA) específicas.
As principais definições aplicáveis aos ramos de seguros pela Seguradora, em relação ao provisionamento de 31 de dezembro de 2023, são as seguintes:
Seguros de Pessoas e Previdência Complementar Aberta
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída com base na formulação de cálculo constante dos normativos SUSEP, e tem por objetivo dar cobertura aos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer.
Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): tem por objetivo dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Seguradora.
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): tem por objetivo dar cobertura aos sinistros avisados e ainda não liquidados, cuja metodologia está segregada entre sinistros administrativos e judiciais. No caso das demandas judiciais, o critério está vinculado aos riscos de perda das ações e estimativas de desembolsos, conforme classificação e acompanhamento de sua área jurídica. A provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados)
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR): tem por objetivo dar cobertura ao montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data base de cálculo. O modelo de estimação, tanto para seguros de pessoas quanto para planos de pecúlio, segue o desenvolvimento de triângulos de *Run-Off*, o qual permite que a IBNR constituída esteja aderente aos resultados dos testes de consistência.
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): tem por objetivo dar cobertura os valores destinados a devoluções de prêmios e resgates a regularizar, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativa e judicial.
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): tem por objetivo dar cobertura às despesas relacionadas ao pagamento de indenizações com sinistros, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativa e judicial.
Provisão Complementar de Cobertura (PCC): será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos – TAP, de acordo com as determinações previstas na regulamentação em vigor.
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída exclusivamente para planos de previdência complementar, seguindo os parâmetros e bases técnicas previstas nas NTAs dos respectivos planos, cujo objetivo é proporcionar garantia aos benefícios de renda em vigor, assumidos junto aos seus beneficiários.
Teste de Adequação dos Passivos (*LAT - Liability Adequacy Test*)
Em cada data de balanço, a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, consequentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco, de onde se calcula o resultado parcial de cada um destes grupos, e, consequentemente, se extrai o resultado final do TAP.
Para os produtos de previdência também classificados como contratos de seguro, cuja grande concentração está nos planos de pecúlio/RS, tendo apenas riscos residuais nos benefícios de renda, a Seguradora elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como, taxas de sobrevivência/mortalidade, estatísticas de cancelamento e opções de resgate.
Os resultados e as conclusões em relação aos testes realizados na data base de 31 de dezembro de 2023 estão expostos na Nota 19.4.
2.14 Obrigações a pagar
São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro - rata").
2.15 Impostos e contribuições
(a) Imposto de renda e contribuição social
As provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídas com base no Lucro Líquido Ajustado, de acordo com a legislação vigente, à taxa nominal de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e à taxa nominal de 15% para a contribuição social. Em 28 de abril de 2022, entrou em vigor a MP nº 1.115/22 que altera a Lei nº 7.689/88, que instituiu a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a qual elevou a alíquota dessa contribuição de 15% para 16% nas pessoas jurídicas de seguros privados, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
(b) Demais obrigações
Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para PIS é constituída à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 4,0%, ambas sobre o os prêmios de seguros e previdência deduzidos de eventos indenizáveis.
2.16 Provisões contingentes e obrigações legais
Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.
Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.
As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.
2.17 Reconhecimento das receitas e despesas
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.
• Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização contabilizados por ocasião da emissão da apólice futura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.
. As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo com a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.
• As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.
• As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.
2.18 Benefícios a empregados
As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias e aos respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.
A Seguradora não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações. Ainda aos colaboradores desligados por iniciativa da empresa é permitida a continuidade no plano de saúde, limitado a dois anos, com custo integral por parte do ex-colaborador.
2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.
2.20 Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Normas que entrarão em vigor após 2023:
• Circular SUSEP nº 678/2022 – Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.
• Resolução CNSP nº 448/2022 – Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados às provisões técnicas.
O Pronunciamento Contábil 48 - Instrumentos Financeiros substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma. O novo pronunciamento está estruturado para abranger os pilares: (i) Classificação e mensuração de ativos financeiros, considerando o modelo de negócios no qual são administrados e as características dos seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Redução ao valor recuperável (impairment); e (iii) Contabilização de cobertura (hedge accounting).
A adoção dos normativos acima, considerando as melhores estimativas, não ocasionará impacto relevante no patrimônio líquido da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados nas provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.
(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros
O componente onde a administração mais exerce seu julgamento e se utiliza de estimativas, é na constituição dos passivos de seguros da Seguradora, especialmente os judiciais, os quais são administrados pela área jurídica interna. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora liquidará em última instância, a qual utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis, considerando a experiência passada e os indicadores que possam influenciar nas tomadas de decisões da área jurídica, da administração, dos atuários e de seus especialistas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa de valor para liquidação dos sinistros de cujos contratos o evento segurado já tenha ocorrido, bem como para liquidação das solicitações de devoluções de contribuições e de resgates. Como consequência, para tais obrigações, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras.
(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões passivas contingentes
A Seguradora é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Seguradora para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Seguradora em conjunto com profissionais especializados.
(c) Provisão (*Impairment*) para riscos de crédito sobre assistência financeira
A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de impairment similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos
Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.
4.1 Gestão de risco de seguro
A Seguradora atua junto ao mercado com produtos de seguro de pessoas, basicamente na modalidade coletiva, e planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público-alvo. Seu modelo é tido como de baixo risco, considerando as taxas de sinistralidades aferidas por seus produtos.
Recentemente, passou a operar também com seguros de pessoas individuais (Acidentes Pessoais-API e Viagem), em escala ainda reduzida.
As políticas de subscrição de riscos são definidas pela diretoria, com apoio do departamento técnico, cujos respectivos setores são os responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação destes riscos de subscrição.
A Seguradora vem operando, já faz alguns anos, com resseguro na modalidade "quota-parte" junto aos ramos APC e Funeral, por período indeterminado, junto à resseguradora local SCOR Brasil Resseguros S.A, categoria de risco A+, de acordo com avaliação da Standard&Poor's. Em 2023, formalizou também dois contratos de resseguro junto à Austral Resseguradora S.A, sendo um na modalidade de Excedente de Responsabilidade (ER), abrangendo os ramos Prestamista e Vida Coletivo, e outro na modalidade de Excesso de Danos por Catástrofe (ED CAT), abrangendo apólices do ramo APC. O volume de resseguro operado neste exercício permaneceu imaterial frente a totalidade de operações de sua carteira de seguros. Em 2022 o contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A, na modalidade de cosseguro cedido junto ao ramo APC, foi extinto, atingindo as apólices relacionadas até o fim de vigência, se encerrando de forma definitiva em julho de 2023. Em outubro de 2022 a Seguradora iniciou operação de cosseguro aceito com a líder União Seguradora S/A., com quota parte de 50%. Fato que é possível observar na rubrica Débitos com Operações de Seguros e Resseguros, no Balanço Patrimonial.
A Seguradora define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, podendo haver, inclusive, oscilação e incerteza sobre o valor da indenização resultante deste evento. Para a quase totalidade dos seus contratos de seguro, cujos riscos são incertos, a Seguradora entende que o principal risco deles é aquele proveniente dos sinistros avisados, em situações em que os pagamentos das indenizações resultantes desses eventos possam exceder ao valor contábil de seus passivos atuariais. Essas situações são possíveis quando a ocorrência de sinistros superar as estimativas previstas na metodologia de cálculo das provisões, ou oriundo de ações judiciais, quando a Seguradora é compelida a pagar indenizações maiores que o valor contratado ou que a sua previsão inicial. O histórico demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos sinistros.
A sua estrutura de gestão de riscos considera a similaridade dos riscos transferidos pelos seus contratos nos ramos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos ao qual está inserida, sendo que seus segmentos de gestão estão estruturados em Seguros de pessoas e Previdência complementar.
A Seguradora mantém-se atenta quanto ao treinamento geral a seus funcionários, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, e, em relação ao seu pessoal de vendas, procura monitorar a qualidade dos negócios propostos pelos corretores e escritórios regionais, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho.
Sobre os produtos:
(a) Seguros de pessoas
Seguros de pessoas coletivos: a força de sua operação está fixada nos seguros coletivos, que oferecem as coberturas de morte por acidente e morte por qualquer causa, concentradas basicamente nos ramos APC e Funeral, muito embora também opere, em menor escala, com o Vida Coletivo, o Desemprego/Perda de Renda e o Prestamista.
Seguros de pessoas individuais: iniciou operação nos ramos API e Viagem recentemente, com um volume de vendas ainda tímido.
(b) Previdência complementar
Previdência complementar: vem operando apenas com planos de pecúlio, estruturados exclusivamente no regime de repartição simples (RS). Possui riscos residuais em vigor no plano de pensão, referentes a contratos mais antigos, cujos controles dos riscos de subscrição são os mesmos utilizados nas operações dos seguros.
Concentração de risco e análise de sensibilidade
Seguros de pessoas: este segmento respondeu por 81,0% dos prêmios auferidos em 2023, enquanto havia atingido 78,5% no mesmo período de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, a carteira contava com aproximadamente 411 mil vidas seguradas, destacando-se o ramo APC (0982) com 373 mil. Salienta-se que, em maio e junho de 2023, começou a operar com os ramos Desemprego/Perda de Renda (0987) e Viagem (1369) e, ao final de 2023, voltou a operar com o Prestamista (0977).
Previdência complementar: participou com 19,0% da arrecadação de 2023, quando obteve R$ 29,6 milhões de contribuições arrecadadas, praticamente toda concentrada em pecúlio. Já em 2022, este segmento havia atingido 21,5% da arrecadação, que também foi de R$ 29,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, havia 74,6 mil contratos vigentes no plano de Pecúlio e 83 no de Pensão.
A garantia das operações vinculadas a todos os seus planos é dada pelas provisões constituídas, além da gestão técnica que é feita entre receitas e despesas, com vistas a manter-se o controle de suas obrigações com os sinistros. Esta política tem como característica principal o reinvestimento de recursos próprios em ativos do mercado financeiro, em modalidades conservadoras.
Em relação à receita de seus planos, os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Abaixo se divulga a arrecadação de prêmios emitidos do grupo de Pessoas, e de contribuições dos Planos de Previdência.

Grupos	Prêmios auferidos 2023	Prêmios auferidos 2022
Pessoas	126.300	107.847
Previdência	29.552	29.598

Com vistas a se divulgar o parâmetro de concentração de riscos por região geográfica, se optou por apresentar a distribuição dos prêmios diretos da carteira de seguros e o respectivo percentual de risco, conforme o quadro abaixo. A análise dos dados demonstra que não houve oscilação na arrecadação em relação ao mesmo período de 2022, cujos riscos permaneceram totalmente concentrados na região Sul.

	2023		2022	
Distribuição por emissor do Risco	Prêmios Diretos	Concentração de Risco	Prêmios Diretos	Concentração de Risco
Região 8 (RS, SC e PR)	130.699	100,0%	134.358	100,00%
Demais Regiões do Brasil	0	0,00%	0	0,00%
Total	**130.699**	**100,0%**	**134.358**	**100,00%**

Análise de Sensibilidade
Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros, verificando seu impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil de 31 de dezembro de 2023, pois índice de conversibilidade, taxa de juros, inflação e excedente financeiro, considerando a característica dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida para este contexto. Segue os índices de sinistralidade observados entre 2021 e 2023:

Continua...

...Continuação

Grupos	2023	2022	2021
Seguros de Pessoas	4,1%	3,4%	6,8%
Planos de Pecúlio	19,9%	25,9%	33,7%

Para aplicar o teste de sensibilidade, observou-se o histórico de sinistralidade dos últimos períodos. Considerando que em Pessoas os parâmetros de sinistralidade atingidos em 2022 decresceram em relação aos períodos anteriores, mas já subiram um pouco em 2023, e que nos Planos de Pecúlio vem decrescendo paulatinamente desde 2021, vamos agravar em 10% a rubrica contábil de despesas com sinistros de Pessoas e em 20% as de Pecúlio, verificando, a partir destes agravos, os reflexos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários:

Premissas dos testes de sensibilidade	Impacto no resultado e no patrimônio líquido 2023	2022
Agravamento de 10% nos sinistros de Pessoas	(612)	(873)
Agravamento de 20% nos benefícios de Pecúlio	(538)	(113)

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais e financeiras, consiste na identificação do risco que se pretende segurar e do valor máximo em risco, além da observação dos dados necessários para fins de tarifação e subscrição, considerando: a utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação e o fato de que a base de dados é composta por informações referentes a um período concernente com as apólices com riscos em vigor.

Com vistas a se verificar os reflexos do teste de sensibilidade nos resultados do TAP, recalculou-se os fluxos novamente, considerando os parâmetros de agravamento da sinistralidade mencionados, cujos grupos mais sensíveis a oscilações seriam os de Seguros e Pecúlio - Eventos Não Ocorridos de Prêmios Registrados e Prêmios Não Registrados, os quais apresentaram os resultados da tabela a seguir:

GRUPOS	VP dos fluxos de caixa do TAP normal	Recálculo do VP dos fluxos de caixa Sensibilidade	Provisões técnicas em 31/12/2023	Comissões diferidas e/ou ativos intangíveis	Recálculo dos Resultados VIs p/R$ 1.000
Seguros Eventos Não Ocorridos PR	217	221	319	22	(76)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	1.624	1.745	1.798	0	(53)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	1.947	2.039	2.590	0	(551)
Seguros+Pecúlio Eventos Não Ocor PR	**3.788**	**4.005**	**4.707**	**22**	**(680)**
Seguros Eventos Não Ocorridos PNR	(22.784)	(20.643)	0	0	(20.643)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	6.622	14.262	0	0	14.262
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	(9.657)	(4.670)	0	0	(4.670)
Seguros+Pecúlio Eventos Não Ocor PNR	**(25.819)**	**(11.051)**	**0**	**0**	**(11.051)**

Como conclusão do teste de sensibilidade, o VP resultante do recálculo dos fluxos de caixa do TAP sofreria um incremento de R$ 217 mil (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PR) e de R$ 14,77 milhões (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PNR) em relação ao VP das projeções normais, entretanto, conforme o quadro acima, mesmo que ocorressem tais agravamentos, não seria necessário se estabelecer provisionamento complementar para os respectivos grupos testados acima.

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Seguradora está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Sabemi, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset, Santander Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,01% com base em consumo limite de 6,03% e Stress PL diário de 0,26% com consumo limite de 26,26%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação no Fundo Santander RT, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,0008%, Stress PL diário de 0,456%. A atual composição da carteira é composta por Títulos Públicos.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Seguradora na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Seguradora.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Seguradora é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão do risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A política de assistência financeira da Seguradora considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na Nota 6.4.4.

4.3 Gestão de risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capitais regulatórios" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Seguradora mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo de adequação do capital, da Seguradora, apurado em 31 de dezembro de 2023:

	2023	2022
Patrimônio Líquido	**64.719**	**66.644**
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(256)	(252)
(-) Despesas antecipadas	(5.285)	(11.629)
(-) Créditos tributários de diferença temporárias	(4.373)	(3.702)
(-) Ativos intangíveis	(39)	(63)
(-) Obras de arte (Outros investimentos)	(32)	(32)
(-) Ajustes contábeis	**(9.985)**	**(15.678)**
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	1.617	1.880
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	523	326
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**2.140**	**2.206**
PLA de nível 1	49.626	46.599
PLA de nível 2	2.140	2.206
PLA de nível 3	5.108	4.367
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	56.874	53.172
(-) Ajuste de excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	-
PLA (total) aceito para cobertura do CMR – soma de (i) e (ii)	**56.874**	**53.172**
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base (I)	8.100	8.100
b) Capital de risco (CR)	34.053	29.113
(+) Capital adicional de risco de subscrição	26.856	22.134
(+) Capital adicional de risco de crédito	6.059	5.177
(+) Capital adicional de risco operacional	400	344
(+) Capital adicional de risco de mercado	8.491	8.760
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(7.753)	(7.302)
Capital mínimo requerido (maior entre a e b)	**34.053**	**29.113**
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	34.053	29.113
Suficiência de PLA	**22.821**	**24.059**

Obs: Os valores relativos ao ano de 2022 estão sendo reapresentados, de acordo com o novo cálculo solicitado pela Susep. O impacto foi de um valor menor em R$ 815 no PLA e de um valor maior em R$ 269 no CMR.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos bancários à vista	3.937	4.016
Equivalente de caixa (i)	12.220	-
	16.157	4.016

(i) Refere-se a fundos de investimentos, com liquidez diária, são constituídos, na maioria, por títulos públicos e ativos com baixo risco de crédito de mercado.

6 Ativos financeiros

6.1 Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2023		2022	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Cotas de fundos de Investimento	22.581	22.581	23.587	23.587
Total de títulos para negociação	22.581	22.581	23.587	23.587

Em 31 de dezembro de 2023 a Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(a) Cotas de Fundos de Investimento

	2023	2022
Cotas de fundos de investimento		
LFS PRE Eleg Nivel II	-	2.297
Itaú Restec TP RF Aberto	7.202	8.455
XP Reserva Técnica FI RF	7.917	12.835
Santander RT	4.816	-
FIDC Green Solfácil	1.580	-
FIDC Green Solfácil V	1.066	-
	22.581	23.587

A expectativa de remuneração das cotas de fundo de investimento é de 100% do CDI

6.1.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento:

Ativo financeiro	2023	2022
Cotas de Fundos de Investimento		
Sem vencimento	22.581	23.587
	22.581	23.587

De acordo com normatização da SUSEP (Circular 648/21 e alterações posteriores), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação (ativos financeiros a valor justo por meio do resultado), são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

6.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

Não há cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios em 2023.

6.3 Informações adicionais das aplicações financeiras

6.3.1 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Seguradora classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

(a) (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) (Nível 2) inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

(c) (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As aplicações são compostas de 100% de Cotas de fundos de investimentos (2022 – 100%).

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Seguradora mensurados a valor justo:

	2023 Nível 2	2022 Nível 2
Ativos mensurados a Valor Justo		
Cotas de Fundos de Renda Fixa	22.581	23.587
	22.581	23.587

A Seguradora não possui instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

6.3.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	23.587	30.698
Aplicações	11.200	2.225
Resgates	(15.026)	(12.800)
Rendimentos	2.820	3.464
Saldo final	**22.581**	**23.587**
Total de aplicações	**22.581**	**23.587**
Circulante	22.581	23.587
Não circulante	-	-

6.4 Empréstimos e recebíveis

6.4.1 Créditos das operações com seguros e resseguros

	2023	2022
Prêmios a receber		
Prêmios diretos	4.618	4.074
Prêmios Riscos Vigentes Não Emitidos	646	891
Operações com Seguradoras		
Sinistros pagos	80	382
Cosseguro aceito	-	579
Operações com resseguradoras		
Sinistros a recuperar	-	62
Prêmios a recuperar	1	-
	5.345	5.988

Composição por idade

As composições de créditos de operações de seguros (prêmios a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2023 A vencer até 30 dias Total	2022 A vencer até 30 dias Total
Prêmios a receber direto	5.580	4.074
Prêmios de RVNE	646	891
Provisão para riscos sobre crédito (*)	(962)	-
Saldo	5.264	4.965

(*) A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos e vincendos, de acordo com o estudo técnico da Seguradora. Foi avaliada a recuperabilidade (*impairment*) destes ativos em 31 de dezembro de 2023.

Movimentação dos prêmios a receber

	2023	2022
Saldo inicial	4.965	728
(+) Prêmios emitidos	155.808	163.386
(-) Prêmios cancelados	(24.139)	(26.723)
(-) Recebimentos	(130.163)	(132.643)
(+) Prêmios Riscos Vigentes não Emitidos	10.802	18.107
(-) Prêmios cancelados Riscos Vigentes não Emitidos	(11.047)	(17.890)
(-) Redução ao valor recuperável	(962)	-
Saldo final	5.264	4.965

6.4.2 Créditos das operações com previdência complementar

A partir do exercício de 2013, a Seguradora passou a registrar as operações de previdência complementar utilizando-se de contas de ativo ("Valores a receber"), apresentando o saldo de R$ 4.391 (2022 – R$ 4.690), para posterior baixa em contrapartida da conta "Depósitos de terceiros". A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data de vencimento do crédito, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2023 a seguradora não apresentava créditos a receber vencidos a mais de 60 dias, portanto, não foi constituída provisão para riscos sobre créditos.

6.4.3 Títulos e créditos a receber

Composto da seguinte forma:

	2023	2022
Circulante		
Títulos e créditos a receber		
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 21) (i)	25.216	30.712
Créditos a receber – acordo operacional cosseguro		
Seguradora Zurich (iii)	15	1.160
Títulos de capitalização	516	461
Créditos a receber	5	19
	25.752	32.352
Créditos tributários e previdenciários		
IRRF a recuperar	67	63
IRPJ a recuperar	902	-
CSLL a recuperar	340	-
Pis e Cofins a recuperar	3	-
	1.312	63
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (ii)	38.860	42.551
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (ii)	(26.227)	(27.081)
	12.633	15.470
Outros créditos		
Adiantamento administrativo	370	452
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	383	617
	753	1.069
Total do circulante	40.450	44.119
Não circulante		
Títulos e créditos a receber		
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 21) (ii)	14.047	11.138
	14.047	11.138
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	7.012	11.370
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	(965)	(1.278)
	6.047	10.092
Total do não circulante	20.094	21.230

(i) Refere-se principalmente, a saldos a receber decorrentes de adiantamentos pela prestação de serviços de intermediação de assistência financeira e a acordos operacionais de consignação em folha e comissões pagas sobre serviços de divulgação, prospecção e manutenção de novos clientes. A Administração da Companhia, está comprometida com a redução substancial desses saldos.

(ii) Em 28 de dezembro de 2022 foi assinado um Termo de assunção de dívida e outras avenças, entre a Seguradora e a Sabemi Intermediadora de Negócios, relativa aos processos judiciais oriundos de contratos de assistência financeiras concedidas pela Seguradora, e comercializados através de contrato de prestação de serviços entre ambas empresas.

A Administração do Grupo Sabemi entende que o custo dos processos judiciais relativos às assistências financeiras deve ser compartilhado com a empresa que recebeu o benefício econômico, através das comissões recebidas pelas operações de venda, motivo pelo qual o contrato foi firmado entre ambas as partes de comum acordo.

(iii) Em julho de 2023, as apólices que geravam cosseguro cedido, foram definitivamente encerradas.

Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito, classificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	Circulante 2023	Circulante 2022	Não circulante 2023	Não circulante 2022
Garantia de averbação				
Garantia de averbação	659.558	710.470	1.413.415	1.664.587
Cessão de crédito– FIDC Angá VI	(56.355)	(78.572)	(1.389)	(9.056)
Cessão de crédito– FIDC Angá VII	(87.459)	(129.239)	(106.360)	(306.620)
Cessão de crédito– FIDC Angá VIII	(27.804)	(39.107)	(5.625)	(19.276)
Cessão de crédito– FIDC Angá IX	(37.680)	(41.006)	(22.987)	(50.384)
Cessão de crédito– FIDC Angá X	(49.949)	(58.294)	(46.414)	(101.362)
Cessão de crédito– FIDC Angá XI	(57.330)	(104.055)	(181.359)	(411.409)
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia	(39.782)	(53.712)	(45.373)	(120.311)
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia II	(25.509)	(37.697)	(33.688)	(96.029)
Cessão de crédito– FIDC Danúbio	(80.127)	(28.702)	(295.855)	(78.133)
Cessão de crédito– Mono Cota	-	(453)	-	(1.789)
Cessão de crédito– Press II	(1.890)	(2.626)	(4.618)	(9.213)
Cessão de crédito– Multi Consignado I	(48.777)	(67.468)	(183.528)	(314.090)
Cessão de crédito– Petra Consignado	(1.533)	(3.135)	(4.871)	(12.669)
Cessão de crédito– Multisetorial	(1.721)	(2.125)	(6.589)	(10.106)
Cessão de crédito– Voiter Consig	(49.562)	(20.470)	(206.483)	(107.915)
Cessão de crédito– Somacred II	(54.264)	-	(258.425)	-
Antecipação de contratos cedidos	601	1.254	435	673
	40.417	45.061	10.286	16.898
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas a apropriar				
Receitas a apropriar	(226.772)	(260.902)	(487.387)	(560.137)
Cessão de crédito– FIDC Angá VI	1.035	4.785	294	1.087
Cessão de crédito– FIDC Angá VII	19.887	49.022	27.875	94.250
Cessão de crédito– FIDC Angá VIII	2.218	5.954	626	3.468
Cessão de crédito– FIDC Angá IX	6.086	11.012	4.464	12.619
Cessão de crédito– FIDC Angá X	10.446	19.106	11.100	28.518
Cessão de crédito– FIDC Angá XI	27.023	56.256	54.505	135.102
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia	8.870	20.216	13.465	40.123
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia II	6.599	15.869	9.534	31.473
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	44.817	12.562	109.491	23.692
Cessão de crédito– Mono Cota	-	260	-	736
Cessão de crédito– Press II	842	1.454	1.337	3.182
Cessão de crédito– Multi Consignado I	28.364	43.998	65.104	126.636
Cessão de crédito– Petra Consignado	754	1.796	1.352	4.264
Cessão de crédito– Multisetorial	1.030	1.418	2.366	4.159
Cessão de crédito– Voiter Consig	30.756	14.684	77.259	45.300
Cessão de crédito– Somacred II	36.488	-	105.641	-
	(1.557)	(2.510)	(3.274)	(5.528)
	38.860	42.551	7.012	11.370
Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (iii)	(26.227)	(27.081)	(965)	(1.278)
Assistência financeira a participantes	12.633	15.470	6.047	10.092

As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração da Seguradora.

	Receita financeira 2023	Receita financeira 2022	Securitização 2023	Securitização 2022	Cessão 2023	Cessão 2022
FIDC Angá VI (ii)	114	1.312	2.218	-	1.344	-
FIDC Angá VII (i)	-	12.988	-	222.953	-	133.163
FIDC Angá VIII (i)	-	1.341	-	-	-	-
FIDC Angá IX (i)	-	1.653	-	-	-	-
FIDC Angá X (i)	-	95	-	-	-	-
FIDC Multiestratégia (i)	-	2.791	-	94.149	-	52.183
FIDC Multiestratégia II (ii)	-	2.651	906	83.749	478	47.291
FIDC Danúbio (ii)	14.920	54	351.631	-	203.000	-
FIDC Mono Cota (i)	-	2	-	-	-	-
FIDC Angá XI (i)	-	217	-	-	-	-
FIDC Press II (i)	-	435	-	11.092	-	6.498
FIDC Multi Consig (ii)	-	13.581	808	419.655	420	233.839
FIDC Petra II (i)	-	437	-	17.316	-	10.655
FIDC Multisetorial (i)	-	426	-	12.513	-	6.996
FIDC Voiter (ii)	9.770	4.706	263.406	129.234	148.664	72.822
FIDC Somacred (ii)	2.450	-	58.013	-	32.643	-
FIDC Somacred II (ii)	13.493	-	320.827	-	183.426	-
	40.747	**42.689**	**997.809**	**990.661**	**569.975**	**563.447**

A receita financeira está reconhecida no resultado financeiro conta de Renda com assistência financeira (Nota 24)

(i) No exercício de 2023 não houve operações de securitização.

(ii)Os valores apresentados das cessões são descontados às taxas negociadas, para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao respectivo fundo, onde a Seguradora exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(iii) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2022 foi apurada pela Administração da Seguradora em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Seguradora considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de impairment aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado. As faixas de classificação dos grupos, mostrada a seguir, refletem as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria:

Classificações

Internas	Grupo	Descrição	2023	2022	Provisão (i)
	AA	Adimplentes	0	0	0,002%
Com parcelas quitadas nos últimos 12 meses	A	1 a 12 Parcelas vencidas	340	317	13,213%
	B	13 a 24 Parcelas vencidas	253	422	19,819%
	C	25 a 36 Parcelas vencidas	660	817	27,027%
	D	Acima de 36 Parcelas vencidas	1.324	1.660	17,725%
Sem parcelas quitadas nos últimos 12 meses	E	1 a 12 Parcelas vencidas	208	251	40,182%
	F	13 a 24 Parcelas vencidas	1.375	1.378	87,894%
	G	25 a 36 Parcelas vencidas	3.035	3.112	89,052%
	H	37 a 48 parcelas vencidas	6.106	6.693	82,894%
	I	Acima 48 parcelas vencidas	13.682	13.111	100%
	J	Suspensos	209	598	100%
Total			27.192	28.359	

(i) O percentual de provisão é aplicado para todo o saldo devedor do respectivo contrato.

Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e de sua assertividade de previsão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentado historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitações nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve as características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

a. Recomposição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;

b. Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;

c. Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;

d. Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.

Além disso, de forma conservadora, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão estão 100% provisionados nos grupos I e J.

As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2023	2022
A vencer até 03 meses	1.533	1.090
A vencer de 04 a 06 meses	537	1
A vencer de 07 a 09 meses	520	24
A vencer de 10 a 12 meses	495	43
A vencer acima de 12 meses	7.013	8.558
Vencidos em até 12 meses	1.710	2.915
Vencidos 13 - 24 meses	2.329	4.005
Vencidos 25 - 36 meses	2.347	6.716
Vencidos acima de 36 meses	29.388	30.569
	45.872	53.921

A Sabemi possui uma carteira de clientes altamente pulverizada. Não há clientes, individualmente ou em conjunto, que possuam representatividade relevante no saldo de assistência financeira a receber em aberto. Os 10 maiores clientes, em conjunto, representam apenas 1% da carteira total.

6.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

Conforme metodologia mencionada na Nota 6.4.3 a Administração julgou adequado revisar semestralmente o método de estimativa do *impairment* de ativos financeiros.

A movimentação da provisão para perdas (*impairment*) sobre créditos de títulos a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2023	2022

Continua...

...Continuação

Saldo inicial	28.359	32.945
Constituição de provisão para *impairment*	1.345	987
Reversão de *impairment*	(2.512)	(5.573)
Saldo final	27.192	28.359

Valores que são provisionados como perda para *impairment* são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

7 Despesas antecipadas

Composta por seguro garantia de processos judiciais e pró-labore diferido.

	2023	2022
Seguro garantia	1.350	2.838
Contratos Up Front	3.935	5.520
Despesas de desenvolvimento (i)	-	3.271
Total despesas antecipadas	5.285	11.629
Circulante	4.829	10.422
Não circulante	456	1.207

(i) O contrato de desenvolvimento foi totalmente realizado em 2023

8 Outros valores e bens

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2).

	2023	2022
Ativo não circulante		
Outros valores e bens		
Ativo de direito de uso	3.034	9.395
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(230)	(4.166)
Total do ativo	**2.804**	**5.229**

Em 2023 houve redução de valores nos contratos de aluguel levando ao recálculo e redução dos ativos de direito de uso.

9 Depósitos judiciais

A rubrica Depósitos judiciais contempla os depósitos judiciais decorrentes de sinistros, questões fiscais, encargos trabalhistas e encargos sociais, demonstrados a seguir:

	2023	2022
Depósitos judiciais – sinistro	240	222
Depósitos judiciais – cíveis	6.551	5.666
Depósitos judiciais – trabalhistas	145	163
	6.936	6.051

10 Imposto de renda de pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")

10.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros tributáveis elaborada e fundamentada em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social até julho/2022. Conforme a MP 1115/22 a partir de agosto/2022 a taxa nominal passa a ser de 16%, finalizando a majoração da taxa em 31 de dezembro de 2022.

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	2023	2022
Provisão para contingências fiscais	69	4
Total de créditos tributários	69	4
Provisão para contingências cíveis	7.699	7.219
Provisão para contingências trabalhistas	348	395
Provisão para contingências Procon e Susep	867	338
Bens arrendados - Imóveis	113	113
Provisão para redução ao valor recuperável	385	-
Total de créditos tributários de diferenças temporais	9.412	8.069
Total	**9.481**	**8.069**

Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor (Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores). A Administração, com base em suas projeções futuras de resultados tributários e entre outros fatores estima a capacidade de realização, conforme as seguintes premissas:

Provisão para riscos sobre créditos: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, depois de esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.

Provisão para causas judiciais: efetuada sobre processos, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

Estimativa de realização dos créditos tributários de diferenças temporais

Ano	Conting. fiscais	Conting. cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências Procon/Susep	Bens Arrend./ Imóveis	Prov. Red. ao Valor Recup.	Total
2024	55	1.540	4	9	11	77	1.696
2025	14	1.540	4	9	23	77	1.667
2026	-	924	7	17	23	77	1.048
2027	-	1.001	14	26	23	77	1.141
2028	-	1.078	24	78	23	39	1.242
Em 2029 e após 2029	-	1.616	295	728	10	38	2.687
	69	7.699	348	867	113	385	9.481

Movimentação dos créditos tributários

Segue demonstração da movimentação do Imposto de renda e da Contribuição social diferidos:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	5.181	3.135	8.316
Creditado à demonstração do resultado	1.184	726	1.910
Debitado à demonstração do resultado (i)	(1.332)	(825)	(2.157)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.033	3.036	8.069
Creditado à demonstração do resultado	3.390	2.017	5.407
Debitado à demonstração do resultado	(2.497)	(1.498)	(3.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.926	3.555	9.481

10.2 Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição (i)	22.821	22.821	2.266	2.266
Participação no resultado	(201)	(201)	(300)	(300)
Inovações Tecnológicas	-	-	(1.522)	(1.522)
	22.620	22.620	444	444
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25	15	25	16
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(5.655)	(3.393)	(111)	(72)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	750	450	-	-
Despesas indedutíveis	(152)	(90)	(78)	(52)
Receitas não tributáveis	56	33	40	25
Incentivos fiscais (PAT e outros)	513	(18)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.488)	(3.018)	(149)	(99)
Corrente	(5.381)	(3.536)	-	-
Diferido	893	518	(149)	(99)

11 Investimentos

Os investimentos são compostos por obras de arte no valor de R$ 32 (2022 - R$ 32) e participação societária sem direito a influência significativa na Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT no valor de R$ 256 (2022 - R$ 252).

12 Imobilizado

	Equipamentos, móveis e utensílios	Total imobilizado
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	918	918
Aquisições	8	8
Baixas por venda	(102)	(102)
Baixas da depreciação por venda	55	55
Depreciação	(318)	(318)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	561	561
Aquisições	14	14
Baixas por venda	(21)	(21)
Baixas por obsolescência	(2)	(2)
Baixas da depreciação por venda	14	14
Baixas da depreciação por obsolescência	2	2
Depreciação	(114)	(114)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2023	454	454

13 Intangível

	Licença de uso de software	Total do intangível
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	105	105
Amortização	(42)	(42)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	63	63
Amortização	(24)	(24)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2023	39	63

14 Obrigações a pagar

O saldo de obrigações a pagar está assim representado:

	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	424	944
Honorários, remuneração e gratificação a pagar	477	596
Sabemi Tecnologia (Nota 21)	252	-
Outras obrigações a pagar - Partes relacionadas (i)	4	36
Outras obrigações a pagar (ii)	749	729
Antecipação de contratos cedidos (iii)	601	1.254
Acordos processuais	-	1.328
Dividendos obrigatórios a pagar (Nota 21)	-	408
Seguro garantia	674	674
Total do circulante	3.181	5.969

(i) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Seguradora atua como correspondente e estipulante em administração de apólices com partes relacionadas (Nota 21).

(ii)Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Seguradora atua como correspondente.

(iii) Refere-se a contratos cedidos aos FIDCs que foram antecipados e serão repassados no mês seguinte

15 Impostos e encargos sociais a recolher

O saldo de impostos e encargos sociais a recolher está assim representado:

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	403	435
Imposto sobre operações financeiras – IOF	198	238
Imposto sobre serviços retido na fonte – ISS	109	152
Instituto nacional de seguridade social – INSS	362	383
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	99	123
Outras retenções de terceiros	190	232
	1.361	1.563

17 Impostos e contribuições

O saldo de impostos e contribuições está assim representado:

	2023	2022
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	234	482
Programa de integração social - PIS	38	79
	272	561

18 Depósitos de terceiros

Refere-se a valores recebidos de terceiros a serem repassados a agentes financeiros.

	2023	2022
Outros depósitos	1.308	36
	1.308	36

Composição por idade de vencimento:

	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	2023 Total
Prêmios e emolumentos recebidos						
Outros depósitos	1.308	-	-	-	-	**1.308**
						2022
	1 a 30 dias	**31 a 60 dias**	**61 a 120 dias**	**121 a 180 dias**	**181 a 365 dias**	**Total**
Prêmios e emolumentos recebidos						
Outros depósitos	29	7	-	-	-	**36**

19 Passivos de contratos de seguros

Provisões técnicas	2023	2022
Seguro de pessoas	11.043	11.716
Previdência complementar	9.696	10.244
	20.739	21.960
Circulante	20.576	21.818
Não circulante	163	142

19.1 Provisões Técnicas - Movimentação

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para os exercícios de 2022 e 2023:

(a) Seguro de Pessoas - Bruto de Resseguro e Líquido de Cosseguro e retrocessão

Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	**461**	**5.889**	**2.448**	**2.915**	**3.492**	**15.205**
Constituições	5	1.586	470	150	1.444	3.655
Reversões	(291)	(2.817)	(907)	(2.630)	(499)	(7.144)
Saldo em 31/12/2022	**175**	**4.658**	**2.011**	**435**	**4.437**	**11.716**
Constituições	235	788	919	74	1.021	3.037
Reversões	(91)	(2.738)	(542)	(110)	(229)	(3.710)
Saldo em 31/12/2023	**319**	**2.708**	**2.388**	**399**	**5.229**	**11.043**

*PPNG+RVNE

Seguro de Pessoas: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2023	31/12/2022
PPNG*	144	(286)
PSL	(1.950)	(1.231)
IBNR	377	(437)
PDR	(36)	(2.480)
PVR	792	945
	(673)	(3.489)

*PPNG + RVNE

(b) Seguro de Pessoas - Líquido de Resseguro e Líquido de Cosseguro

Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	**461**	**5.870**	**2.444**	**2.915**	**3.492**	**15.182**
Constituições	5	1.584	473	150	1.444	3.656
Reversões	(291)	(2.796)	(907)	(2.630)	(499)	(7.123)
Saldo em 31/12/2022	**175**	**4.658**	**2.010**	**435**	**4.437**	**11.715**
Constituições	241	777	914	74	1.021	3.027
Reversões	(122)	(2.774)	(557)	(111)	(229)	(3.793)
Saldo em 31/12/2022	**294**	**2.661**	**2.367**	**398**	**5.229**	**10.949**

*PPNG+RVNE

Seguro de Pessoas: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2023	31/12/2022
PPNG*	119	(286)
PSL	(1.997)	(1.212)
IBNR	357	(434)
PDR	(37)	(2.480)
PVR	792	945
	(766)	(3.467)

*PPNG + RVNE

(c) Previdência complementar

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para os exercícios de 2022 e de 2023:

Previdência complementar: movimentação das provisões

Competências	PPNG*	PMBC	PDR	IBNR	PSL	PVR	PCC	TOTAL
Saldo 31/12/2021	**4.799**	**195**	**117**	**3.009**	**4.139**	**403**	**33**	**12.695**
Constituições	-	4	1	2	8.403	124	-	8.534
Correção monetária	-	21	-	-	57	84	-	162
Reversões	(109)	(64)	-	(234)	(10.433)	(282)	(25)	(11.147)
Saldo 31/12/2022	**4.690**	**156**	**118**	**2.777**	**2.166**	**329**	**8**	**10.244**
Constituições	-	28	32	1	8.910	137	10	9.118
Correção monetária	-	22	-	-	230	48	-	300
Reversões	(299)	(37)	-	(52)	(9.452)	(126)	-	(9.966)
Saldo 31/12/2023	**4.391**	**169**	**150**	**2.726**	**1.854**	**388**	**18**	**9.696**

*PPNG+RVNE

Previdência complementar: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2023	31/12/2022
PPNG*	(299)	(109)
PMBC	13	(39)
PDR	32	1
IBNR	(51)	(232)
PSL	(312)	(1.973)
PVR	59	(74)
PCC	10	(25)
	(548)	(2.451)

*PPNG+RVNE

19.2 Garantias das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

	2023	2022
Ativos oferecidos em cobertura		
Fundos de investimento	22.581	23.587
Ativos oferecidos em cobertura	22.581	23.587
Total das provisões técnicas	20.739	21.960
Total a ser coberto	20.739	21.960
Suficiência de cobertura	1.842	1.627

19.3 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros a liquidar da Seguradora, denominada de tábua de desenvolvimento de sinistros:

Seguro de Pessoas - Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Saldo anterior (*)	5.881	6.040	6.279	5.504
Retidos	5.243	4.044	5.242	4.680
Exercício atual	2.382	3.840	6.761	3.121
Exercícios anteriores	2.861	204	(1.519)	1.559
Pagamentos	(5.084)	(3.805)	(6.017)	(7.076)
Exercício atual	(1.239)	(1.416)	(3.058)	(2.958)
Exercícios anteriores	(3.845)	(2.389)	(2.959)	(4.118)
Saldo final (*)	6.040	6.279	5.504	3.108

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas – Administrativos

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Saldo anterior (*)	2.653	3.767	3.489	2.832
Retidos	4.798	2.968	3.822	5.184
Exercício atual	2.180	2.818	4.932	3.768
Exercícios anteriores	2.618	150	(1.110)	1.416
Pagamentos	(3.684)	(3.246)	(4.479)	(6.616)
Exercício atual	(898)	(1.208)	(2.276)	(2.765)
Exercícios anteriores	(2.786)	(2.038)	(2.203)	(3.851)
Saldo final (*)	3.767	3.489	2.832	1.400

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas – Judicial

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Saldo anterior (*)	3.228	2.273	2.790	2.672
Retidos	445	1.076	1.420	(503)
Exercício atual	202	1.022	1.829	(603)
Exercícios anteriores	243	54	(409)	100
Pagamentos	(1.400)	(559)	(1.538)	(461)
Exercício atual	(341)	(208)	(782)	-
Exercícios anteriores	(1.059)	(351)	(756)	(461)
Saldo final (*)	2.273	2.790	2.672	1.708

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas – Líquido de Cosseguro e líquido de Resseguro

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Saldo anterior (*)	5.857	6.039	6.248	5.504
Retidos	5.267	4.014	5.272	4.616
Exercício atual	2.406	3.809	6.793	3.397
Exercícios anteriores	2.861	205	(1.521)	1.219
Pagamentos	(5.085)	(3.805)	(6.016)	(7.077)
Exercício atual	(1.239)	(1.416)	(3.057)	(2.958)
Exercícios anteriores	(3.846)	(2.389)	(2.959)	(4.119)
Saldo final (*)	6.039	6.248	5.504	3.043

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas - Administrativos

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Saldo anterior (*)	2.629	3.766	3.458	2.832
Retidos	4.822	2.938	3.852	5.119
Exercício atual	2.203	2.788	4.964	3.767
Exercícios anteriores	2.619	150	(1.112)	1.352
Pagamentos	(3.685)	(3.246)	(4.478)	(6.616)
Exercício atual	(898)	(1.208)	(2.275)	(2.765)
Exercícios anteriores	(2.787)	(2.038)	(2.203)	(3.851)
Saldo final (*)	3.766	3.458	2.832	1.335

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas – Judicial

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Saldo anterior (*)	3.228	2.273	2.790	2.672
Retidos	445	1.076	1.420	(503)
Exercício atual	203	1.021	1.829	(370)
Exercícios anteriores	242	55	(409)	(133)
Pagamentos	(1.400)	(559)	(1.538)	(461)
Exercício atual	(341)	(208)	(782)	(193)
Exercícios anteriores	(1.059)	(351)	(756)	(268)
Saldo final (*)	2.273	2.790	2.672	1.708

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Saldo anterior	4.050	5.339	6.025	3.349
Retidos	6.921	10.662	4.360	5.044
Exercício atual	6.898	8.692	5.397	4.950
Exercícios anteriores	23	1.970	(1.037)	94
Pagamentos	(5.632)	(9.976)	(7.036)	(5.838)
Exercício atual	(3.806)	(5.773)	(3.630)	(3.643)
Exercícios anteriores	(1.826)	(4.203)	(3.406)	(2.195)
Saldo final (*)	5.339	6.025	3.349	2.555

(*) Sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio – Administrativo

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Saldo anterior	3.355	4.514	5.401	2.756
Retidos	6.749	10.473	4.241	4.929
Exercício atual	6.727	8.538	5.250	4.949
Exercícios anteriores	22	1.935	(1.009)	(20)
Pagamentos	(5.590)	(9.586)	(6.886)	(5.694)
Exercício atual	(3.778)	(5.547)	(3.553)	(3.643)
Exercícios anteriores	(1.812)	(4.039)	(3.333)	(2.051)
Saldo final	4.514	5.401	2.756	1.991

(*) Sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio - Judicial

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Saldo anterior	695	825	624	593
Retidos	172	189	119	115
Exercício atual	171	154	147	1
Exercícios anteriores	1	35	(28)	114
Pagamentos	(42)	(390)	(150)	(144)
Exercício atual	(28)	(226)	(77)	-
Exercícios anteriores	(14)	(164)	(73)	(144)
Saldo final (*)	**825**	**624**	**593**	**564**

(*) Sem considerar a variação de IBNER

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

Seguro de Pessoas - Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Provisão período anterior (*)	5.881	6.040	6.279	5.504
Pagamentos				
Um ano mais tarde	2.414	1.848	2.724	2.347
Dois anos mais tarde	3.375	3.284	3.832	
Três anos mais tarde	4.706	3.902		
Quatro anos mais tarde	4.949			

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Seguro de Pessoas - Administrativos

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Provisão período anterior (*)	2.653	3.767	3.489	2.832
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.056	1.399	1.247	1.916
Dois anos mais tarde	1.640	1.416	1.944	
Três anos mais tarde	1.642	1.763		
Quatro anos mais tarde	1.643			

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Seguro de Pessoas – Judiciais

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Provisão período anterior (*)	3.228	2.273	2.790	2.672
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.358	449	1.477	431
Dois anos mais tarde	1.735	1.868	1.888	
Três anos mais tarde	3.064	2.139		
Quatro anos mais tarde	3.306			

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Seguro de Pessoas - Líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Provisão período anterior (*)	5.857	6.039	6.248	5.504
Pagamentos				
Um ano mais tarde	2.414	1.848	2.724	2.347
Dois anos mais tarde	3.374	3.283	3.831	
Três anos mais tarde	4.706	3.902		
Quatro anos mais tarde	4.949			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Seguro de Pessoas – Administrativos

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Provisão período anterior (*)	2.629	3.766	3.458	2.832
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.056	1.399	1.247	1.916
Dois anos mais tarde	1.640	1.416	1.944	
Três anos mais tarde	1.642	1.763		
Quatro anos mais tarde	1.643			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Seguro de Pessoas – Judiciais

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Provisão período anterior (*)	3.228	2.273	2.790	2.672
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.358	449	1.477	431
Dois anos mais tarde	1.734	1.867	1.887	
Três anos mais tarde	3.064	2.139		
Quatro anos mais tarde	3.306			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Plano de Pecúlio

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Provisão período anterior	4.050	5.339	6.025	3.349
Pagamentos				
Um ano mais tarde	915	2.495	1.868	1.069
Dois anos mais tarde	1.686	2.811	2.108	
Três anos mais tarde	1.831	2.879		
Quatro anos mais tarde	1.850			

Plano de Pecúlio - Administrativos

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Provisão período anterior	3.355	4.514	5.401	2.756
Pagamentos				
Um ano mais tarde	873	2.105	1.783	981
Dois anos mais tarde	1.259	2.308	1.961	
Três anos mais tarde	1.291	2.353		
Quatro anos mais tarde	1.298			

Plano de Pecúlio - Judiciais

Período	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Provisão período anterior	695	825	624	593
Pagamentos				
Um ano mais tarde	42	390	82	88
Dois anos mais tarde	427	472	147	
Três anos mais tarde	509	526		
Quatro anos mais tarde	552			

19.4 Demonstrativo do Teste de adequação dos passivos (*LAT – Liability Adequacy Test*)

O resultado do TAP, avaliado a valor presente na respectiva data base, tem como intuito constatar a necessidade ou não de proceder-se a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos em vigor com estas operações, ou manter os seus saldos da forma como estão constituídos. Para a realização do TAP, a Seguradora agrupou os contratos de acordo com sua estrutura de planos, bases técnicas e respectivo provisionamento, em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Principais premissas adotadas no TAP:

Mortalidade: para as coberturas de morte qualquer causa e sobrevivência, aplicou-se as tábuas BR-EMS de Morte e de Sobrevivência, versão 2021, masculina e feminina.

Para as demais coberturas, adotou-se as respectivas taxas de sinistralidade, conforme a

Continua...

...Continuação

seguir:

Ramo	PPNG-PR	PPNG-NR
0929	18,94%	-
0982	6,55%	3,53%
0987	-	21,93%
0993	51,36%	-
1381	25,11%	25,11%

Taxa de juros e índice de preços: utilizada a taxa de juros livre de risco disponibilizada pela SUSEP ao mercado, aplicada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos. Para os contratos relacionados aos planos de seguros e de pecúlio, foi utilizado o cupom IGPM/FGV, com exceção do grupo relativo aos pecúlios cód.22 e 24, onde adotou-se o cupom do IPCA/IBGE, uma vez que o indexador atrelado a estes contratos é o INPC/IBGE. Para os demais planos de previdência (pensão e aposentadoria) adotou-se a Taxa Referencial – TR, com exceção do grupo relativo ao plano de aposentadoria cód. 7, para o qual adotou-se o cupom do IPCA/IBGE, uma vez que o indexador atrelado a estes contratos é o INPC/IBGE. Por fim, especificamente para todos os fluxos de Despesas Administrativas dos grupos citados anteriormente, foi aplicado o cupom IPCA/IBGE.

Taxa de juros contratada: a tábua de mortalidade dos planos comercializados utiliza 6% de juros a.a.

Despesas Administrativas: adotou-se o percentual médio de 53,93% sobre os fluxos de prêmios, acrescidas das projeções de PIS/COFINS.

Despesas comerciais: adotou-se os percentuais médios indicados a seguir:

Ramo	Corretagem	Pró-labore
0929	13,05%	-
0977	10,00%	-
0982	22,89%	1,49%
0987	10,00%	-
0993	8,02%	2,12%
1381	7,42%	-

Taxa de persistência: adotou-se índice de cancelamento de 14% ao ano para os fluxos relacionados aos planos de pecúlio. Já para a carteira de seguros, adotou-se índice de cancelamento de 1% ao mês para a maior parte das apólices dos ramos 0982 e 0993 que possuem prêmio mensal superior a R$ 5 mil. Para as apólices inferiores a este limite, assim como para demais ramos operados, não se aplicou taxa de persistência.

Resultados Obtidos do TAP nos fluxos de 31/12/2023: abaixo apenas as tabelas que tiveram movimentação de valores:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG:

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Seguro Pessoas	297	217	(80)
Previdência	4.391	3.574	(817)
TOTAL	**4.688**	**3.791**	**-**

PRÊMIOS E CONTRIB. NÃO REGISTRADOS DE PPNG:

TIPO DE PRODUTO	VP DO FLUXO RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Seguro Pessoas	(22.784)
Previdência	(2.968)
Total	**(25.752)**

PMBC:

TIPO DE PLANO	COBER-TURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VP DO FLUXO RELACION. À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Morte	CSO58 6% TR	Renda Vitalícia	-	67	70	3
Renda	Sobrevi-vência	AT49 6% TR	Renda Vitalícia	-	102	117	15
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**169**	**187**	**18**

ATIVOS DE RESSEGURO:

TIPO DE ATIVO	ATIVO CONSTITUÍDO	VP DO FLUXO RELACIONADO AO ATIVO
Ativo de resseg. de PPNG	25	-

RESULTADO DO TAP:

PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	18	18
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	
	PCC TOTAL efetivamente constituída		**18**

Os resultados do TAP indicaram a necessidade de constituir-se provisão complementar para as rendas em fase de concessão, relativas à PMBC, motivada principalmente pela diferença entre as tábuas biométricas utilizadas para constituição da PMBC (AT-49 M e CSO-58 M) e a tábua utilizada para apuração do TAP (BR-EMS de Sobrevivência, versão 2021). O valor apurado de R$ 18 mil já se encontra constituído na PCC-PMBC de 31/12/2023, sendo contabilizados R$ 15 mil no plano de aposentadoria cód. 3 e R$ 3 mil no plano de pensão cód. 2.

A seguir, também se demonstra os resultados do TAP para as demais provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR e PVR), de onde conclui-se que não houve necessidade de provisionamento suplementar em 31/12/2023:

Grupos	Provisões Técnicas em 31/12/2023*	VP Fluxos de Caixa	Resultados
PSL, IBNR, PDR	10.225	9.810	(415)
PVR	5.617	5.184	(433)

* Exceto PPNG, PMBC e PCC.

20 Passivos de arrendamento

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2)

	2023	2022
Passivo circulante		
Outros débitos		
Passivos de arrendamento (i)	717	2.988
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(244)	(493)
Total circulante	**473**	**2.495**
Passivo não circulante		
Débitos diversos		
Passivos de arrendamento	2.856	3.179
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(476)	(163)
Total não circulante	**2.380**	**3.016**
Total do passivo	**2.853**	**5.511**

(i) A redução do passivo de arrendamento, deve-se à renegociação dos contratos de aluguel, no exercício 2023.

21 Partes relacionadas

2023	Sabemi Previd. Privada	Sabemi Negócios Ltda.	Sabemi Tecnol. Ltda.	Pessoas Físicas	Severo Particip.	Total
Ativo						
Títulos e créditos a receber (i)	3.065	-	-	-	-	3.065
Títulos e créditos a receber (iii)	-	22.151	-	-	-	22.151
Títulos e créditos a receber (v)	-	14.047	-	-	-	14.047
Passivo						
Outras obrigações a pagar	-	-	(252)	-	-	(252)
Outras obrigações a pagar (i)	(4)	-	-	-	-	(4)
Outras obrigações a pagar (ii)	-	-	-	-	-	-
Resultado do período						
Despesas - pró-labore (ii)	(278)	-	-	-	-	(278)
Despesas - prestação serviços (iii)	-	(26.588)	(10.200)	-	-	(36.788)
Remuneração dos administradores (iv)	-	-	-	(2.732)	-	(2.732)

2022	Sabemi Previd. Privada	Sabemi Negócios Ltda.	Sabemi Tecnol. Ltda.	Pessoas Físicas	Severo Particip.	Total
Ativo						
Títulos e créditos a receber (i)	1.988	-	-	-	-	1.988
Títulos e créditos a receber (iii)	-	17.825	-	-	-	17.825
Títulos e créditos a receber (v)	-	17.548	3.135	-	1.354	22.037
Passivo						
Outras obrigações a pagar	-	(4)	-	(408)	-	(412)
Outras obrigações a pagar (i)	(25)	-	-	-	-	(25)
Outras obrigações a pagar (ii)	(7)	-	-	-	-	(7)
Resultado do período						
Despesas - pró-labore (ii)	(264)	-	-	-	-	(264)
Despesas - prestação serviços (iii)	-	(22.661)	(16.150)	-	-	(38.811)
Remuneração dos administradores (iv)	-	-	-	(2.732)	-	(2.732)

(i) Acordo operacional de consignação em folha, onde a Seguradora atua como correspondente.
(ii) A Seguradora possui estipulantes em administração de apólices
(iii) Refere-se a comissões pagas sobre serviços divulgação, prospecção de novos clientes e manutenção dos clientes atuais
(iv) Pró-labore pago aos administradores no exercício de 2023 foi de R$ 2.732 (2022 - R$ 2.732)
(v) Refere-se a assunção de dívida relativa a processos judicias de assistência financeira e outras avenças. (Nota 6.4.3)

22 Provisões judiciais

As causas passivas, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Seguradora, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas por nossos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas.

(a) Relacionados a sistemas/benefícios

	2023				2022			
Probabilidade de perda	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	11.671	0	2.516	0	61.087	0	2.980	0
Possível	0	0	0	0	0	0	0	0
Provável	5.426	9.316	7.660	9.316	137.998	9.298	7.262	9.298
	17.097	9.316	10.176	9.316	199.085	9.298	10.242	9.298

Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de despesas relacionadas, entre outras provisões técnicas. Segundo informações prestadas pelo setor atuarial e de acordo com as respectivas notas técnicas, o critério para constituição da reserva técnica para os planos da Seguradora será o seguinte: os processos são provisionados pelo valor estimado, conforme determina a Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitivo. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R$ 0,01 para as causas remotas. Em 31 de dezembro de 2023, do montante total provisionado de R$ 9.316 (2022 – R$9.298), R$ 8.470 (2022-R$ 8.383), referem-se as provisões individuais e R$ 846 (2022-R$915), referem-se as provisões globais.

Movimentações das provisões:	2023	2022
Saldo do início do período	9.298	12.373
Total pago no período	(1.540)	(3.107)
Novas constituições no período (i)	2.596	2.033
Baixa da provisão por êxito	(2.575)	(3.011)
Alteração da provisão por revisão de estimativas (ii)	947	278
Atualização monetária	590	732
Saldo final do período	9.316	9.298
Quantidade de ações pagas no período	539	838
Quantidade de ações novas no período	2.628	2.784

(i) Redução de novas constituições é atribuída a redução da carteira de seguros e adoção de novas políticas comerciais
(ii)A variação no movimento de alteração da provisão por revisão de estimativa é em razão da nova metodologia de cálculo para provisionamento considerando o histórico das decisões judiciais.

(b) Não relacionados a sinistros/benefícios

(i) Processos cíveis e trabalhistas

	2023			2022		
Probabilidade de perda	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	7.334	2.451	-	6.572	3.553	-
Possível	5.004	151	-	7.655	227	-
Provável	36.335	11.634	36.335	30.976	10.679	30.976
	48.673	14.236	36.335	45.203	14.459	30.976

Das 14.236 (2022 – 14.459) causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 14.129 (2022 – 14.345) dizem respeito a causas cíveis e 107 (2022 -114) trabalhistas.

O acréscimo nas provisões com processos cíveis, deve-se a mudança na metodologia de cálculo para os processos com chance de perda provável. A Administração entende que o ônus com os processos advindos de contratos de assistência financeira, deve ser compartilhado com outras empresas do Grupo que participam dos benefícios econômicos através do contrato de prestação de serviços de originação. Nesse contexto foi assinado Termo de assunção de dívida e outras avenças, com a Sabemi Intermediadora de Negócios Ltda. e como Interveniente garantidora a Sabemi Participações Ltda.. (Nota 6.4.3)

(ii) Processos fiscais e previdenciários - Composição por natureza

A Seguradora possui provisão para processos relativos a débitos de tributos estaduais e municipais no montante de R$ 173 (2022- R$ 10), totalizando R$ 173 (2022 – R$ 10).

Em desfavor da Seguradora, existem dois Autos de Infração da Receita Federal relativamente IRPJ, CSLL e COFINS, além de duas ações de execução fiscal, cuja probabilidade de perda dos procedimentos em questão, foi considerada remota, conforme opinião do consultor jurídico externo da Seguradora. O valor de causa considerado para dezembro de 2023 foi de R$ 163.570 (2022- R$ 154.332). Também existem em desfavor da Seguradora outros 15 procedimentos desdobrados em judiciais e administrativos, para os quais os escritórios responsáveis pela condução das demandas atribuíram probabilidade de perda possível. O valor de causa considerado para dezembro de 2023 foi de R$ 5.376 (2022 – R$ 1.072). Portanto, considerando a opinião dos consultores jurídicos externos da Seguradora constante nos pareceres, não foi registrada qualquer provisão em face de eventuais contingências, visto que os procedimentos em questão não possuem risco provável.

Movimentações das provisões:

	2023			2022		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo do início do período	10	997	29.979	-	1.639	18.827
Ações pagas no período	(8)	(559)	(9.106)	(7)	(847)	(13.682)
Novas constituições no período	8	768	11.256	7	890	12.696
Baixa da provisão por êxito	(10)	-	(5.999)	-	(142)	(3.530)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	174	(336)	9.334	10	(543)	15.668
Saldo final do período	173	871	35.464	10	997	29.979
Quantidade de ações pagas no período	1	22	790	1	45	1.284
Quantidade de ações novas no período	1	24	895	1	40	1.335

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social e reservas

O Capital social subscrito e integralizado é de R$ 55.000 (2022 - R$ 55.000), representado por 79 (2022 - 79) ações ordinárias com direito a voto, nominativas sem valor nominal.

(a) Reserva de retenção de lucros

Esta reserva é formada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após abatimento das destinações do resultado.

(b) Reserva legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, até limite de 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante à legislação em vigor, conforme preceitua a legislação vigente, sendo o saldo transferido para reserva de retenção de lucros.

23.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal vigente. De acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, na Demonstração do Resultado o valor correspondente à despesa incorrida foi reclassificado para Lucros Acumulados, sendo apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como destinação do resultado. As Demonstrações financeiras apresentadas refletem os dividendos mínimos obrigatórios /juros sobre o capital próprio, dispostos no Estatuto Social da Seguradora, de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data da sua aprovação.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	15.114	1.718
(-) Reserva legal - 5%	(755)	(86)
Lucro básico para determinação de dividendos	14.359	1.632
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.589	408
Dividendos intermediários (i)	14.039	-
Juros sobre capital próprio intermediários (i)	3.000	-
Total de dividendos e juros intermediários	17.039	-
Dividendos a pagar	-	408
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	17.039	408
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício por ação	215,66	5,16

(i) Os dividendos intermediários foram aprovados na AGE de 29 de janeiro de 2023, sendo R$ 3.416 a conta de Reservas Estatutárias e R$ 10.623, a conta do resultado do exercício.
(ii)Os juros sobre o capital próprio intermediários foram aprovados na AGE de 29 de janeiro de 2023, a conta do resultado do exercício.

24 Demonstração do resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP n° 648/21 e alterações posteriores.

	2023	2022
Prêmios ganhos		
Acidentes pessoais coletivos	122.752	105.297
Auxílio funeral	1.501	-
Outros	30.600	31.010
	154.853	136.307
Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(5.831)	(3.158)
Despesas com sinistros (iii)	158	1.834
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(391)	752
Despesas com benefícios	(9.959)	(7.976)
	(16.023)	(8.548)
Custo de aquisição		
Comissões (seguros)	(25.314)	(24.606)
	(25.314)	(24.606)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		
Receita líquida com regulação de sinistro DPVAT (i)	1	3
Acordo operacional cosseguro seguradora Zurich	4.279	20.213
Despesas com administrações de contratos	(2.825)	(7.479)
Contingências	(2.727)	694
Despesas judiciais	(4.604)	(12.682)
Redução ao valor recuperável de prêmios	(962)	-
Outras despesas com apólices (vi)	(11.207)	(6.228)
	(18.045)	(5.479)
Custo de aquisição		
Despesas com cobrança (previdência)	(1.430)	(1.498)
	(1.430)	(1.498)
Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(25.060)	(36.648)
Serviços de terceiros	(29.465)	(33.169)
Localização e funcionamento	(5.437)	(16.356)
Publicidade e propaganda institucional	(2.575)	(2.138)
Publicações	(62)	(98)
Donativos e contribuições	(471)	(175)
Despesas judiciais (v)	(5.101)	(4.787)
Multas	(16)	(9)
Outras	(1.041)	(874)
Recuperação de despesas	936	1.331
	(68.292)	(92.923)
Despesas com tributos		
COFINS	(5.859)	(5.710)
PIS	(952)	(928)
Impostos municipais	(71)	(102)
Taxa de fiscalização	(871)	(871)
Impostos federais	(6)	(8)
	(7.759)	(7.619)
Resultado financeiro		
Renda fixa	2.872	3.464
Renda com assistência financeira (iv)	40.824	46.202
Receitas financeiras com provisões técnicas	1.386	788
Reversão provisão risco de crédito sobre assistência financeira	2.511	5.573
Atualizações créditos tributários	3	348
Atualização depósitos judiciais	377	294
Receitas com depósitos bancários	616	749
Outras receitas financeiras	222	204
Despesas financeiras com tributos	(475)	(455)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(1.471)	(3.138)
Despesas financeiras com assistência financeira (ii)	(39.682)	(45.350)
Provisão risco de crédito sobre assistência financeira	(1.345)	(987)
Juros bancários	(32)	(4)
Juros passivos de arrendamento	(420)	(659)
Outras despesas financeiras, líquidas	(71)	(40)
	5.315	6.989
Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Resultado - Alienação de bens	(5)	(35)
	(5)	(35)

(i) As receitas e despesas decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. No segundo semestre de 2019 a Sabemi Seguradora encerrou as operações de regulação de sinistros DPVAT restando pequenos valores a receber de regulações executadas antes do encerramento.
(ii)Refere-se a comissões pagas aos agentes no montante de R$ 32.681 (2022 - R$ 32.351), à estruturação dos fundos no montante de R$ 3.334 (2022 - R$ 1.960) e ao reconhecimento de perdas com cobrança de assistência financeira de R$ 3.667 (2022 – R$ 11.039).
(iii) A variação positiva é decorrente de uma reversão de provisão de sinistro judicial.
(iv) Composto por receita com assistência financeira R$ 77 (2022 – 3.513) e cessão de direitos creditórios R$ 40.747 (2022 – 42.689).
(v) Cia adotou novas políticas em 2022, com apresentação de recursos judiciais, impugnações e contratações de seguros garantias, em razão disso, ocorreu um aumento significativo com recolhimento de custas judiciais e prêmios de seguro garantia.
(vi) O aumento em 2023 é decorrente de reclassificação de despesas com cobrança de débito em conta, anteriormente classificado como despesa administrativa.

25 Benefícios a empregados

Participação dos empregados nos lucros

A provisão para o pagamento da participação dos empregados nos lucros foi feita nas bases estabelecidas pela convenção sindical de 2023 R$ 201 (2022 – R$ 300) e no Plano de Participação nos Resultados (PPR) 2022, homologado.

26 Principais ramos de atuação

O principal produto da Seguradora, responsável por quase que a totalidade da arrecadação no exercício, é o ramo de acidentes pessoais coletivos - APC, entretanto destaca-se também o plano de pecúlio do segmento de Previdência, conforme já divulgado.

Os principais ramos de atuação estão demonstrados a seguir:

	2023			2022		
Ramo	Prêmio ganho	I.S. %	I.C. %	Prêmio ganho	I.S. %	I.C. %
09-29 Funeral	1.501	31,47%	2,76%	903	17,65%	5,36%
09-82 APC	122.752	8,40%	20,43%	105.297	7,54%	23,30%
Pecúlio e outros	30.600	17,12%	0,65%	30.107	1,50%	0,09%
	154.853	10,35%	16,35%	136.307	6,27%	18,05%

I.S. - Índice de Sinistralidade
I.C. - Índice de Comissionamento

Diretoria

Antonio Tulio Lima Severo
Diretor-Presidente
CPF nº 002.057.530-00

Rodrigo de Castro Fernandes Pecoraro
Diretor Executivo de Seguros
CPF nº 256.511.078-27

Rodrigo Severo
Diretor Executivo Administrativo Financeiro e Diretor Executivo de Serviços Financeiros
CPF nº 918.470.440-34

Eliana Schwingel Diederichsen
Diretora Executiva de Planejamento Estratégico e Compliance
CPF nº 261.696.570-49

Eder Gerson Aguiar de Oliveira
Atuário MIBA 630
CPF nº 395.346.850-20

Beatriz Varela Fernández
Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da
Sabemi Seguradora S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **Sabemi Seguradora S.A.** (a seguir denominada "Companhia"), em **31 de dezembro de 2023**, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o

Continua...

...Continuação

atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.
Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos, em linhas gerais, que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2024.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário Auditor Independente - MIBA 0743
CPF 467563020/00

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.
CIBA 84
CNPJ: 04.941.624/0001-64
Rua General Câmara, 230/701, Porto Alegre, RS, 90010-230
mirador360.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sabemi Seguradora S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financei**ras.**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

PREVIDÊNCIA

Sabemi

CNPJ nº 88.747.928/0001-85
Carta Patente SUSEP nº 020
Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Participantes:
A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2023.

Cenário econômico
Em 2023, o cenário econômico mundial enfrentou desafios significativos, resultando em uma das taxas de crescimento mais baixas das últimas décadas puxada pelos efeitos prolongados da pandemia e conflitos geopolíticos.
Em relação ao Brasil, a expectativa, segundo o Banco Central, é encerrar 2023 com um crescimento de 3% e a projeção para 2024 é 1,8%. De qualquer sorte, o mercado segurador brasileiro manteve sua dinâmica, refletindo a complexidade e as transformações no cenário econômico e social. Nesse contexto a previdência complementar aberta se consolida como importante elo na cadeia dos mecanismos de proteção contra riscos de aposentadoria e pensão.

Resultado da entidade
A Entidade apresentou no exercício de 2023 um superávit de R$ 45 mil, resultado impactado pelo aumento do resultado financeiro e uma redução nas despesas com acordos judiciais.
A Entidade reinveste seu superávit e não distribui resultados aos participantes.

Organização estatutária
Não houve, no exercício de 2023, qualquer tipo de acordo com o quadro associativo da Entidade e alteração estatutária.
O Conselho Deliberativo da Entidade Sabemi Previdência Privada é atuante e participa das decisões da Diretoria da Entidade.

Controles internos
A Entidade está fazendo a manutenção da sistemática de controles internos, a qual é responsabilidade da Administração, conforme determina a legislação vigente, mediante a análise, revisão e aderência dos processos e normas internas e análise constante do gerenciamento de riscos.

Declaração sobre a capacidade financeira
As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação", ajustadas pelo valor de mercado.
Os benefícios de planos previdenciários são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

Perspectivas futuras
A Entidade continuará a envidar seus esforços na venda de planos de previdência complementar na modalidade de pecúlio, projetando o crescimento das operações para o próximo exercício.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024. A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares reais

Ativo	2023	2022
Circulante	**36.748**	**34.947**
Disponível	**2.871**	**19.805**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.871	19.805
Aplicações (Nota 6)	**17.850**	**13.427**
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6 (f))	**1.072**	**1.083**
Valores a receber	1.072	1.083
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	**14.918**	**598**
Títulos e créditos a receber	2.355	242
Assistência financeira a participantes	398	247
Outros créditos	12.165	109
Outros valores e bens (Nota 10)	**22**	**22**
Bens a venda	22	22
Despesas antecipadas (Nota 7)	**15**	**12**
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	15	12
Não circulante	**6.382**	**6.271**
Realizável a longo prazo	**6.382**	**6.271**
Títulos e créditos a receber	**5.564**	**4.504**
Títulos e créditos a receber (Nota 6(g))	1.263	-
Assistência financeira a participantes (Nota 6(g))	2.398	2.490
Depósitos judiciais (Nota 8)	1.903	2.014
Outros valores e bens	**790**	**1.737**
Outros valores e bens (Nota 9)	790	1.737
Despesas antecipadas (Nota 7)	**28**	**30**
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	28	30
Total do ativo	**43.130**	**41.218**

Passivo e patrimônio social	2023	2022
Circulante	**8.705**	**8.518**
Contas a pagar	**3.513**	**2.656**
Obrigações a pagar (Nota 12)	3.113	2.245
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 13)	293	363
Impostos e contribuições (Nota 14)	2	4
Outras contas a pagar	105	44
Débitos de operações com previdência complementar (Nota 15)	**-**	**8**
Outros débitos operacionais	-	8
Depósitos de terceiros (Nota 16)	**25**	**61**
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 17)	**5.033**	**5.130**
Planos bloqueados	1.411	1.346
Planos não bloqueados	3.622	3.784
Outros débitos	**134**	**663**
Passivo de arrendamento (Nota 18)	134	663
Não circulante	**8.510**	**6.830**
Contas a pagar	**92**	**22**
Obrigações a pagar (Nota 12)	92	22
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 17)	**4.914**	**4.727**
Planos bloqueados	4.835	4.582
Planos não bloqueados	79	145
Outros débitos	**2.834**	**911**
Provisões judiciais (Nota 20)	2.834	911
Débitos diversos	**670**	**1.170**
Passivos de arrendamento (Nota 18)	670	1.170
Patrimônio social	**25.915**	**25.870**
Reserva patrimonial (Nota 21)	3.204	3.204
Reservas de retenção de superávit (Nota 21)	22.711	22.666
Total do passivo e do patrimônio social	**43.130**	**41.218**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2023	2022
Variações de outras provisões técnicas	44	(7)
Benefícios retidos	(681)	(1.108)
Contribuições para cobertura de riscos	6.604	6.433
Variação das provisões técnicas de prêmios	(109)	617
Prêmio ganho	6.495	7.050
Sinistros ocorridos (Nota 22)	(1.166)	(706
Custo de aquisição (Nota 22)	(378)	(277)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22)	(786)	(1.757)
Despesas administrativas (Nota 22)	(6.354)	(5.692)
Despesas com tributos (Nota 22)	(222)	(275
Resultado financeiro (Nota 22)	3.155	2.571
Resultado patrimonial (Nota 22)	(30)	(1)
Resultado operacional	77	(202)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes (Nota 22)	(32)	217
Superávit do exercício	45	15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2023	2022
Superávit do exercício	45	15
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	45	15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2023	2022
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	45	15
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(4.423)	6.883
Créd. das operações com previd. complementar	11	205
Depósitos judiciais e fiscais	111	130
Outros ativos	(14.545)	(1.451)
Impostos e contribuições	(72)	344
Outras contas a pagar	(30)	(3.145)
Déb. das operações com previd. complementar	(8)	(4)
Depósito de terceiros	(36)	(46)
Provisões técnicas - previdência complementar	90	(1.271)
Provisões judiciais	1.923	(216)
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades operacionais	**(16.934)**	**1.444**
Redução (aum.) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(16.934)**	**1.444**
Caixa e equival. de caixa no início do exercício	19.805	18.361
Caixa e equival. de caixa no final do exercício	2.871	19.805
Redução (aum.) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(16.934)**	**1.444**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social Em milhares reais

	Reserva patrimonial	Reservas de superávit: Retenção de superávit	Reservas de superávit: Contingências de benefícios	Superávits acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022	3.204	21.096	1.555		25.855
Reversão da Reserva de Contingências			(128)	128	
Superávit do exercício				15	15
Destinação do superávit		143		(143)	
Em 31 de dezembro de 2022	3.204	21.239	1.427		25.870
Superávit do exercício				45	45
Destinação do superávit		25	20	(45)	
Em 31 de dezembro de 2023	3.204	21.264	1.447		25.915

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta, atuando em todo território nacional. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4° andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
As atividades da Entidade são realizadas entre outras empresas do Grupo econômico Sabemi.
A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.
2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Tais práticas tem observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
De acordo com a NBC- ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 26 de fevereiro de 2024.
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.
2.3 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.
2.4 Ativos financeiros
Classificação
A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para a venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.
Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.
(b) Ativos classificados como disponíveis para venda
Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, por exemplo, os investimentos em classificados como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio social. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".
(c) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem as operações de títulos e créditos a receber, principalmente com partes relacionadas, operações de assistência financeira, demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
Os valores registrados nas contas de títulos e créditos a receber são decorrentes de créditos de convênios operacionais e créditos resultantes da venda de investimentos (imóveis), incluindo a atualização monetária e juros auferidos e incorridos até a data do balanço.
Reconhecimento e mensuração
Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.
O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)
A Entidade avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.
Os critérios que a Entidade adota para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:
• dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
• quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
• declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
• desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
• dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Entidade mensura o prejuízo. Nesta circunstância, o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.
Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.
2.5 Ativos não circulantes
Realizável a longo prazo
É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusos, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.
2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Os outros ativos não financeiros, circulantes ou não circulantes, são revistos anualmente se identificado evidências objetivas de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.
2.7 Contratos de previdência (seguros)
A Entidade utilizou as regras do CPC11, da SUSEP e do CNSP para avaliação e classificação de todos os contratos de previdência com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre.
2.8 Avaliação de passivos originados de contratos de previdência
Provisões relacionadas à atividade de previdência
As provisões técnicas visam dar garantia às operações de previdência privada, com base em cálculos atuariais. São calculadas, quando aplicável, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021 e circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Correspondem ao valor das obrigações assumidas sob forma de de aposentadoria, pensão e pecúlio.
Provisão Complementar de Cobertura (PCC): constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As principais premissas de cálculo são:
Tábua de Mortalidade BR-EMS 2021, segregada por sexo;
Indexador monetário do Plano; e
Taxa de juros livre de risco (padrão SUSEP);
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída para cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial. As principais premissas de cálculo são:
Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já avisados;
Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não avisados;
Probabilidade de perda judicial (para despesas vinculados a processos judiciais);
Atualização monetária vinculada.
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída para cobrir os eventos já ocorridos e que por qualquer motivo ainda não foram avisados à Entidade. As principais premissas de cálculo são:
Valores de Benefícios registrados (avisados, reestimados, cancelados e pagos);
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (quando aplicável); e
Atualização monetária vinculada.
Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR): constituída para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base. As principais premissas de cálculo são:
Contribuições emitidas, descontadas das parcelas de contribuições canceladas e/ou restituídas;
Data de início e término de vigência do risco; e
Data de emissão do risco.
Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Entidade.
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída para garantir o pagamento de sinistros avisados e não pagos. Seu cálculo possui distinções quando do status do evento, entre administrativo e judicial. As principais premissas de cálculo são:
Valores calculados de Sinistro;
Juros de Mora;
Atualização Monetária; e
Probabilidade de perda judicial (para Benefícios vinculados a processos judiciais).
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída para garantir o pagamento de sinistros sob o formato de renda (aposentadorias e pensões). Seu método específico de cálculo é vinculado às características técnicas do Benefício, devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. As principais premissas de cálculo são:
Valores calculados de Sinistro;
Juros Remuneratórios do Plano;
Atualização Monetária;
Tábua de Mortalidade do Plano (quando aplicável); e
Prazo de pagamento programado do Sinistro (quando aplicável).
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): constituída com base nos valores de Devolução de Contribuições ou Resgates previstos nos Planos que por qualquer razão ainda não tenham sido regularizados. As principais premissas de cálculo são:
Valores calculados de Resgates (quando aplicável);
Valores de devolução de contribuições (quando aplicável);
Outros valores a regularizar; e
Atualização monetária.
Teste de adequação dos passivos - TAP
Conforme requerido pela regulamentação vigente, a cada data de balanço a Entidade elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguros permitidos segundo o CPC11, que também estabelece que os contratos de previdência sejam considerados contratos de seguros, contexto operacional da Entidade.
O teste de adequação dos passivos, segundo as determinações legais, considerou todos os fluxos de caixa futuros dos direitos e das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31 de dezembro de 2023 e os valores já provisionados referentes a esses contratos, além de premissas atuariais correntes até o final de vigência destes direitos e obrigações, sem considerar novos contratos e certificados.
Para esse teste, a Entidade elaborou metodologia que considera a sua melhor estimativa para cada um dos fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, sempre utilizando premissas correntes e realistas para o teste. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. A metodologia elaborada pela Entidade leva em consideração elementos que impactam diretamente no fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como níveis de permanência dos participantes no plano, taxas de mortalidade da Tábua BR-EMS-2021 M&F publicada pela SUSEP, além da já mencionada taxa de juros livre de risco.
O TAP seguiu o que determina a Circular SUSEP nº648/2021, conforme demonstrado na Nota 17 (d).
2.9 Obrigações a pagar
São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro - rata" dia).

Continua...

...Continuação

2.10 Impostos e contribuições

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), o qual é calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, sendo sua provisão constituída à alíquota de 0,65%. No exercício de 2011 a Entidade obteve o direito ao não recolhimento da COFINS, suspendendo o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011.

2.11 Provisões para ações judiciais, passivos contingentes e obrigações legais

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.

Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.

As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.12 Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Entidade arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédio comercial para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais a Entidade detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo

2.13 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias, e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Entidade não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações.

2.14 Apuração do resultado

Receitas e despesas de previdência

As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.

As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que incorreram, ou seja, segundo o regime de competência.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Normas que entrarão em vigor após 2023:

• Circular SUSEP nº 678/2022 – Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

• Resolução CNSP nº 448/2022 – Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados às provisões técnicas.

O Pronunciamento Contábil 48 - Instrumentos Financeiros substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma. O novo pronunciamento está estruturado para abranger os pilares: (i) Classificação e mensuração de ativos financeiros, considerando o modelo de negócios no qual são administrados e as características dos seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Redução ao valor recuperável (impairment); e (iii) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

A adoção dos normativos acima, considerando as melhores estimativas, não ocasionará impacto no patrimônio líquido da Entidade.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Passivos de previdência (seguros)

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Provisões judiciais

A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de impairment similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade atua junto ao mercado com planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público alvo através do oferecimento destes produtos, bem como por meio de assistência financeira.

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial.

Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas.

Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos:

Definições do produto: análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas;

Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes;

Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;

Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuarialmente definida para o produto;

Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade.

Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro.

Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados.

Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos Pecúlios (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios.

(a) Quadro de análise de sensibilidade

A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos.

Análise de sensibilidade nos sinistros ocorridos

A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro ocorridos, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
Planos	**2023**	**2022**
Pecúlio	(123)	(79)
Pensão	(0)	(12)
Total	(123)	(91)

Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo

A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
Planos	**2023**	**2022**
Aposentadoria	(28)	(49)
Pensão	(956)	(911)
Total	(984)	(960)

(b) Concentração de risco

A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira:

	Contribuição bruta	
UF	**2023**	**2022**
AC	57	55
AL	91	83
AM	208	205
AP	106	103
BA	234	223
CE	252	240
DF	276	258
ES	70	73
GO	110	101
MA	138	124
MG	237	231
MS	178	173
MT	95	88
PA	415	403
PB	152	168
PE	347	344
PI	61	61
PR	162	159
RJ	1.823	1.805
RN	183	198
RO	91	89
RR	126	117
RS	629	589
SC	182	181
SE	69	66
SP	307	292
TO	5	4
	6.604	**6.433**

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Previdência, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset, Santander Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo Santander RT, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,0008%, Stress PL diário de 0,456%. A atual composição da carteira é composta por Títulos Públicos.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,01% com base em consumo limite de 6,03% e Stress PL diário de 0,26% com consumo limite de 26,26%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Entidade na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte.

A política de assistência financeira da Sabemi Previdência considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de índices de inadimplência.

4.3 Gestão de solvência

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital e da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2023:

	2023	2022
Patrimônio social	**25.915**	**25.870**
(-) Despesas antecipadas	(43)	(42)
(-) Ajustes contábeis	**(43)**	**(42)**
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	384	315
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	227	178
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**611**	**493**
PLA de nível 1	**25.850**	**25.754**
PLA de nível 2	**611**	**493**
PLA de nível 3	**22**	**73**
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	**26.483**	**26.320**
(-) Ajuste de excesso de PLA de nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	-
PLA (total) aceito para cobertura do CMR-soma de (i) e (ii)	**26.483**	**26.320**
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base	**0**	**0**
b) Capital de risco (CR)	**6.243**	**4.383**
(+)Capital adicional de risco de subscrição	1.198	1.222
(+)Capital adicional de risco de crédito	2.980	1.702
(+)Capital adicional de risco operacional	16	16
(+)Capital adicional de risco de mercado	4.053	2.893
(-)Benefício da correlação entre os capitais	(2.004)	(1.450)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	**6.243**	**4.383**
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	6.243	4.383
Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA	**20.240**	**21.937**

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos bancários à vista	338	420
Equivalente de caixa (i)	2.533	19.385
	2.871	19.805

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. Fundo de investimento Itaú Corp. Plus RF DI, com carteira composta principalmente em Títulos públicos.

6 Ativos financeiros

(a) Mensurados a valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2023		2022	
	Custo atualizado	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Quotas de fundos de investimento (i)				
LFS PRE ELEG NIVEL II	-	-	919	919
SANTANDER RT RF DI	2.157	2.157	-	-
ITAU RESTEC TP RF	2.993	2.993	1.789	1.789
XP RESERVA TECNICA FI RF	4.609	4.609	8.881	8.881
Total das quotas de fundos	9.759	9.759	11.589	11.589
Total de aplicações	9.759	9.759	11.589	11.589
Circulante	9.759	9.759	11.589	11.589
Total de aplicações	9.759	9.759	11.589	11.589

(i) Quotas de Fundos de Investimento

Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda:

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos disponíveis para venda são os seguintes:

	2023		2022	
	Custo atualizado	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de Mercado**
FIDC GREEN				
SOLFACIL V	534	534	0	0
FIDC GREEN SOLFACIL	827	827	0	0
ANGA SABEMI VII	5.871	5.871	0	0
PRASS FIDC II	859	859	1.838	1.838
Total de títulos disponíveis para venda	8.091	8.091	1.838	1.838
Total das aplicações	8.091	8.091	1.838	1.838
Circulante	8.091	8.091	1.838	1.838
Não circulante	-	-	-	-
Total das aplicações	8.091	8.091	1.838	1.838

(c) Abertura da carteira por prazo de vencimento:

	2023	2022
Quotas de fundos de investimento		
Sem vencimento	9.759	11.589
	9.759	11.589

De acordo com normatização da SUSEP, os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

A Entidade não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(d) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Entidade classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

• (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

• (Nível 2) inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

• (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Entidade possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Entidade mensurados a valor justo:

	2023	2022
	Nível 2	**Nível 2**
Ativos Mensurados ao Valor Justo		
Títulos para Negociação		
Cotas de Fundos de Renda Fixa	9.759	11.589
Cotas de outros Fundos	8.091	1.838
Total	17.850	13.427
Circulante	17.850	13.427
Não circulante	-	-
Total	17.850	13.427

A Entidade não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

As aplicações são compostas de 55% de Cotas de fundos investimentos (2022 – 86%) e 45% de Cotas de FIDC e de outros Fundos de investimento (2022 – 14%).

(e) Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	13.427	20.310
Aplicações	15.802	1.890
Resgates	(13.449)	(10.670)
Rendimentos	2.070	1.897
Saldo final	17.850	13.427
Circulante	17.850	13.427
Não circulante	-	-

(f) Créditos das operações com previdência complementar

Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	2023	2022
Contribuições a receber (i)	1.072	1.083
	1.072	1.083

(i) Refere-se a valores a receber de órgãos consignatários oriundos de contribuições de previdência de participantes.

Movimentação de contribuições a receber

	2023	2022
Saldo inicial	1.083	1.288
(+) Contribuições Emitidas	7.938	8.405
(-) Contribuições canceladas	(1.334)	(1.969)
(-) Recebimentos	(6.615)	(6.641)
Saldo final	1.072	1.083

Composição por idade

As composições de créditos de operações de previdência (contribuições a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2023			2022		
	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 até 365 dias	Total	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 até 365 dias	Total
Contribuições a receber	636	436	1.072	645	438	1.083
Provisão para riscos sobre crédito	-	-	-	-	-	-
Saldo	636	436	1.072	645	438	1.083

Continua...

...Continuação

g) Títulos e créditos a receber

Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	2023	2022
Circulante		
Créditos a receber por venda de imóveis (i)	-	74
Outros créditos Partes Relacionadas (Nota 19) (ii)	1.741	32
Outros créditos	614	136
	2.355	242
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	435	263
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	(37)	(16)
	398	247
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	400	107
Adiantamentos a fornecedores Partes Relacionadas (Nota19) (ii)	11.765	2
	12.165	109
Total do circulante	14.918	598
Não circulante		
Créditos a receber – partes relacionadas (Nota 19) (iii)	1.263	-
	1.263	-
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	2.471	2.526
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	(73)	(36)
	2.398	2.490
Total do não circulante	3.661	2.490
Total	18.579	3.088

(i) Refere-se a saldos a receber de direitos creditórios pela venda de imóveis.

(ii) Refere-se principalmente, a saldos a receber decorrentes de adiantamentos pela prestação de serviços de tecnologia, intermediação de assistência financeira e acordos operacionais em que a Entidade atua como correspondente e como estipulante em administração de apólices. (Nota 19)

A Administração da Entidade está comprometida com a redução substancial desses saldos. Com a Sabemi Tecnologia Ltda., no ano de 2024, será feita a compensação sem transferência financeira dos valores mensais mediante prestação de serviço em montante estimado de R$ 2.600 mil até o final de 2024. Com a Sabemi Negócios Ltda., serão feitas compensações sem transferência financeira dos valores mensais mediante prestação de serviço no montante estimado de R$ 500 mil, de modo a reduzir o saldo, no ano de 2024, no montante de R$ 6.000 mil.

(iii) Em 28 de dezembro de 2022 foi assinado um Termo de assunção de dívida, entre a Sabemi Previdência Privada e a Sabemi Intermediadora de Negócios, relativo aos processos judiciais oriundos de contratos de assistência financeiras concedidas pela Entidade, e comercializados através de contrato de prestação de serviços entre ambas empresas.

A Administração do Grupo Sabemi entende que o custo dos processos judiciais relativos às assistências financeiras deve ser compartilhado com a empresa que recebeu o benefício econômico, através das comissões recebidas pelas operações de venda, motivo pelo qual o contrato foi firmado entre ambas as partes de comum acordo.

(I) Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito, classificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	Circulante		Não circulante	
	2023	2022	2023	2022
Garantia de averbação				
Garantia de averbação	93.576	21.229	396.698	90.165
Cessão de crédito– FIDC Angá VI	(940)		(2.587)	
Cessão de crédito– FIDC Angá VII	(4.410)	(6.398)	(11.615)	(22.572)
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia I	(64)	(104)	(238)	(473)
Cessão de crédito– FIDC Danúbio	(36.157)	(1.893)	(152.408)	(5.198)
Cessão de crédito– FIDC Mono Cota	-	(1.373)	-	(5.195)
Cessão de crédito– FIDC Sabemi XI	(88)	(104)	(389)	(571)
Cessão de crédito– FIDC Multi Consig I	(3.195)	(2.512)	(12.067)	(11.265)
Cessão de crédito– FIDC Voiter	(20.779)	(7.997)	(87.327)	(40.553)
Cessão de crédito– FIDC Somacred II	(26.977)	-	(126.019)	-
	966	848	4.048	4.338
	2023	2022	2023	2022
Receitas a apropriar				
Receitas a apropriar	(58.032)	(12.716)	(151.445)	(33.472)
Cessão de crédito– FIDC Angá VI	421		818	
Cessão de crédito– FIDC Angá VII	1.729	3.104	2.841	6.542
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia I	39	70	85	196
Cessão de crédito– FIDC Danúbio	22.487	817	57.627	1.257
Cessão de crédito- FIDC Mono Cota	-	756	-	1.858
Cessão de crédito– FIDC Sabemi XI	51	68	131	223
Cessão de crédito– FIDC Multi Consig I	1.897	1.640	4.334	4.503
Cessão de crédito– FIDC Voiter	12.986	5.676	33.363	17.081
Cessão de crédito– FIDC Somacredi II	17.891	-	50.669	-
	(531)	(585)	(1.577)	(1.812)
	435	263	2.471	2.526
Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (II)	(37)	(16)	(73)	(36)
Assistência financeira a participantes	398	247	2.398	2.490

As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração da Entidade.

	Receita financeira		Securitização		Cessão	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIDC Angá VI (i)	308	-	6.438	-	4.174	-
FIDC Angá VII	-	275	-	-	-	-
FIDC Multiestratégia I	-	29	-	647	-	359
FIDC Danúbio (i)	8.306	3	206.176	-	119.337	-
FIDC Mono Cota	-	(10)	-	-	-	-
FIDC Multi Consig I (i)	366	553	8.876	14.567	5.058	8.282
FIDC Voiter (i)	4.880	2.074	115.074	48.917	64.112	27.796
FIDC Somacred (i)	1.502		33.638		19.102	
FIDC Somacred II (i)	6.254		157.228		90.590	
	21.616	2.924	527.430	64.131	302.373	36.437

A receita financeira está reconhecida no resultado financeiro conta de Renda com assistência financeira (Nota 20)

(i) Os valores apresentados das cessões são descontados às taxas negociadas, para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao respectivo fundo, onde a Entidade exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(II) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2023 é apurada pela Administração da Entidade em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Entidade considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de impairment aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado.

Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e de sua assertividade de previsão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentado historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitações nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve as características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

a. Recomposição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;

b. Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;

c. Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;

d. Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.

Além disso, de forma conservadora, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão são 100% provisionados nos grupos I e J.

As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2023	2022
A vencer acima de 12 meses	2.471	2.622
A vencer em até 12 meses	385	20
Vencidos em até 12 meses	34	75
Vencidos 13 - 24 meses	11	72
Vencidos 25 - 36 meses	5	-
Vencidos acima de 36 meses	-	-
	2.906	2.789

7 Despesas antecipadas

Composta por seguro garantia de processos judiciais.

	2023	2022
Seguro garantia	43	42
Total despesas antecipadas	43	42
Circulante	15	12
Não circulante	28	30

8 Depósitos judiciais

Estão registrados os valores decorrentes de depósitos judiciais, também atualizados até a data do balanço.

	2023	2022
Depósitos judiciais - benefícios	1.149	1.064
Depósitos judiciais - cíveis e outros	754	950
	1.903	2.014

9 Outros valores e bens – direito de uso

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2).

	2023	2022
Ativo não circulante		
Outros valores e bens		
Ativo de direito de uso (i)	855	2.929
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(65)	(1.192)
Total do ativo	790	1.737

(i) A redução nos ativos de direito de uso é decorrente da renegociação dos contratos de aluguéis com o arrendatário.

10 Outros valores e bens – bens a venda

São registrados nessa rubrica os imóveis destinados à venda do loteamento Parque Emboaba, do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando em 31 de dezembro de 2023, 3 lotes (2022 - 3).

Movimentação:

	Saldo	Quantidade lotes
Saldo em 1º de janeiro de 2022	8	2
Devolução de venda	14	1
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22	3
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22	3

11 Investimentos

São registrados nesta rubrica propriedades para investimento no Estado de Santa Catarina, sendo: Village Sulmar - 132 lotes, Village Sulmar Zona Norte - 290 lotes, Village Sulmar Zona Nova - 200 lotes e Loteamento Nova Califórnia - 236 lotes.

	2023 e 2022 Custo Atualizado
Loteamento V.Sulmar	274
Loteamento V.Sulmar Zona Norte	232
Loteamento V.Sulmar Zona Nova	160
	666
Perdas por redução no valor recuperável (impairment)	(666)
Total	-

No final do exercício de 31 de dezembro de 2012, de acordo com CPC 01, a Entidade efetuou análise de recuperação dos seus investimentos através de estudo técnico elaborado internamente, avaliação que resultou em uma provisão de R$ 666 referente aos loteamentos Village Sulmar. Não houve modificações significativas na avaliação atualizada para 31 de dezembro de 2015, tendo sido mantido os valores provisionados para 31 de dezembro de 2019. De acordo com nossos assessores jurídicos, tramita na Vara Cível da Comarca de Sombrio/SC, o processo nº 0301216-03.2019.8.24.0069, ação judicial contra a Prefeitura de Sombrio/SC, questionando a cobrança de IPTU e pleiteando a extinção das matrículas no Registro de Imóveis.

12 Obrigações a pagar

São registrados nestas contas os valores decorrentes de fornecedores, honorários e gratificações, acordos processuais e outras obrigações a pagar, provenientes das operações com correspondentes.

	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	6	5
Sabemi Seguradora (i) (Nota 19)	3.065	1.988
Sabemi Tec. Ltda	-	105
Sabemi Negócios (Nota 19)	-	78
Outras obrigações a pagar	42	69
Total do circulante	3.113	2.245
Não Circulante		
Outras obrigações a pagar	92	22
Total do não circulante	92	22
Total de obrigações a pagar	3.205	2.267

(i) Refere-se a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais em que a Entidade atua como correspondente.

13 Impostos e encargos sociais a recolher

São registrados nestas rubricas os valores decorrentes de impostos de renda na fonte de terceiros, contribuições previdenciárias (INSS), contribuições para o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e contribuições sociais retidas de terceiros.

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte terceiros	26	29
Imposto sobre serviços retidos	50	56
Imposto sobre operações financeiras	158	212
Contribuições previdenciárias retidas	1	1
Outras contribuições retidas de terceiros	58	65
	293	363

14 Impostos e contribuições

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes. Inclui a provisão para o Programa de Integração Social (PIS), constituída à alíquota de 0,65%.

As entidades abertas de previdência privada complementar são isentas de Imposto de Renda e a partir da Instrução Normativa SRF nº 588/05, também estão isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Art. nº17 da INSRF nº 588/05).

	2023	2022
Programa de integração social – PIS	2	4
	2	4

A Sabemi Previdência Privada obteve o direito ao não recolhimento da COFINS após o trânsito em julgado da ação judicial n° 2007.71.00.033163-5 junto ao TRF 4° Região. Sendo assim, a Entidade suspendeu o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011, de acordo com a orientação dos assessores jurídicos internos e externos (Nota 17).

15 Débitos de operações com previdência complementar

Referem-se ao saldo de arrecadação de planos previdenciários de convênios com órgãos públicos, em fase de identificação e processamentos.

	2023	2022
Planos de Pecúlio a identificar	-	8
	-	8

16 Depósitos de terceiros

Referem-se a depósitos bancários, recebidos de contribuintes/participantes, com sua regularização ainda não identificada. Abaixo demonstramos o período de permanência dos valores na conta.

	2023	2022
Identificação		
Vencidos até 30 dias	25	58
Vencidos de 31 a 60 dias	-	2
Vencidos de 61 a 120 dias	-	1
Vencidos de 121 a 180 dias	-	-
Vencidos de 181 a 365 dias	-	-
Vencidos acima de 365 dias	-	-
	25	61

17 Provisões técnicas

(a) Previdência complementar

As provisões técnicas de operações de previdência complementar são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais e conforme cálculos fornecidos pelo atuário habilitado, segundo as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

	31/12/2022	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2023
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.083	396	(407)	-	1.072
Benefícios Concedidos - PMBC	4.386	21	(626)	701	4.482
Sinistros a Liquidar – PSL	2.205	1.841	(1.921)	56	2.181
Resgates e outros a regularizar - PVR	814	102	(109)	32	839
IBNR	609	172	(277)	-	504
IBNER	(267)	263	(223)	-	(227)
Complementar de Cobertura - PCC	713	309	(219)	-	803
Despesas Relacionadas - PDR	314	122	(122)	(21)	293
Total	9.857	3.226	(3.904)	768	9.947
Circulante	5.130				5.033
Não circulante	4.727				4.914

	31/12/2021	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2022
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.288	16	(221)	-	1.083
Benefícios Concedidos - PMBC	4.110	181	(663)	758	4.386
Sinistros a Liquidar – PSL	2.830	2.132	(3.038)	281	2.205
Resgates e outros a regularizar - PVR	1.074	179	(409)	(30)	814
IBNR	975	959	(1.325)	-	609
IBNER	(526)	740	(481)	-	(267)
Complementar de Cobertura - PCC	1.136	4	(427)	-	713
Despesas Relacionadas - PDR	241	94	(34)	13	314
Total	11.128	4.305	(6.598)	1.022	9.857
Circulante	6.237				5.130
Não circulante	4.891				4.727

(b) Garantias das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

	2023	2022
Ativos oferecidos em cobertura		
Total de provisões técnicas	9.947	9.857
Dedução por depósitos judiciais	(81)	(80)
Total a ser coberto	9.866	9.777
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	9.759	11.589
Quotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	1.361	-
Ativos oferecidos em cobertura	11.120	11.589
Suficiência de cobertura	1.254	1.812

(c) Comportamento da provisão de benefícios em anos posteriores aos anos de constituição

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para benefícios da Entidade, denominada de tabela de desenvolvimento de benefícios:

Benefícios administrativos:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Provisões para benefícios no fim do exercício	911	1.068	1.268	1.045	1.393	1.208	1.751	1.549	560	509
Valor Acumulado dos pagamentos até										
Um ano	331	419	500	445	530	284	859	567	264	
Dois anos	379	503	570	664	572	473	953	689		
Três anos	409	519	695	678	655	495	1.028			
Quatro anos	411	639	702	738	664	534				
Cinco anos	525	639	750	744	684					
Seis anos	525	657	753	753						
Sete anos	542	660	757							
Oito anos	545	660								
Nove anos	545									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Provisão Reestimada										
Um ano	464	73	138	211	442	373	531	110	79	
Dois anos	27	33	171	105	85	77	94	58		
Três anos	29	104	86	50	40	52	51			
Quatro anos	100	24	43	28	49	39				
Cinco anos	17	20	23	27	36					
Seis anos	16	22	25	27						
Sete anos	18	25	26							
Oito anos	18	26								
Nove anos	25									

Benefícios judiciais:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Provisões para benefícios no fim do exercício	4.321	4.266	4.554	4.324	5.324	2.420	2.385	1.280	1.646	1.672
Valor Acumulado dos pagamentos até										
Um ano	955	436	692	2.903	2.516	268	126	24	11	
Dois anos	1.385	1.118	2.766	4.858	2.784	394	150	35		
Três anos	2.043	2.510	4.659	5.121	2.900	418	161			
Quatro anos	3.433	4.402	4.922	5.229	2.924	429				
Cinco anos	5.323	4.663	4.952	5.232	2.932					
Seis anos	5.576	4.692	4.955	5.234						
Sete anos	5.585	4.694	4.958							
Oito anos	5.585	4.697								
Nove anos	5.588									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Provisão Reestimada										
Um ano	4.234	4.536	3.515	4.288	2.414	2.376	1.280	1.641	1.645	
Dois anos	4.507	3.478	4.262	2.307	2.365	1.274	1.636	1.641		
Três anos	3.426	4.220	2.272	2.2.40	1.268	1.630	1.634			
Quatro anos	4.079	2.118	2.124	1.224	1.624	1.631				
Cinco anos	1.961	2.079	1.193	1601	1.627					
Seis anos	1.905	1.144	1.571	1.597						
Sete anos	976	1.521	1.566							
Oito anos	1.360	1.546								
Nove anos	1.421									

(d) Teste de adequação dos passivos (*LAT – Liability Adequacy Test*)

Em consonância com o CPC11 e normativos SUSEP, foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo - TAP da Sabemi Previdência Privada, conforme a Circular SUSEP nº648/2021 e alterações posteriores, cuja abrangência está vinculada aos contratos dos planos de previdência com riscos em vigor na data base de 31 de dezembro de 2023.

O resultado do TAP, avaliado a valor presente em cada data-base, tem como objetivo verificar a necessidade ou não de proceder-se na constituição de garantias financeiras complementares às provisões já constituídas pela Entidade, visando assegurar de forma plena os riscos a decorrer com as operações e/ou contratos de previdência vigentes, ou manter os seus saldos da forma como estão constituídos.

Para a realização do TAP, a Entidade agrupou os contratos de acordo com a estrutura atuarial dos planos e as fases em que se encontram.

Premissas adotadas no TAP:

Mortalidade: Nos cálculos das estimativas de mortalidade foram usadas, de acordo com a característica de cada agrupamento, as tábuas BR-EMS de Morte, versão 2021, masculina e feminina.

Sobrevivência: Nos cálculos das estimativas de sobrevivência foram usadas, de acordo com a característica de cada agrupamento, as tábuas BR-EMS de Sobrevivência, versão 2021, masculina e feminina.

Taxa de juros e índice de preços esperados: A taxa de juros livre de risco adotada neste trabalho foi a disponibilizada pela SUSEP ao mercado por meio de seu site, cuja aplicação foi realizada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos (TR ou IGP-M), exceto nos casos com decisão judicial que definem outro índice de preços (TR, IGP-M, IPCA ou Valor Nominal), ou em consonância com o índice de atualização da despesa administrativa (IPCA ou IGP-M).

Taxa de juros contratada: A tábua de mortalidade do plano comercializado pela Entidade utiliza 6% de juros a.a.

Taxa de cancelamento: adotou-se a taxa de cancelamento de 3% ao ano para os contratos ativos no plano de pensão e 13% ao ano nos planos de pecúlio por morte.

Continua...

...Continuação

Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2023:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	1.072	845	(227)
Total	**1.072**	**845**	**0**

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Previdência	(13.301)
Total	**(13.301)**

Valor presente do fluxo de caixa, considerando todas as receitas e despesas futuras relacionadas aos contratos vigentes na data-base

PMBC

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	277	361	84
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	4.161	4.880	719
Renda	Morte	TR + 6%	Renda Certa	-	44	44	0
Total					**4.482**	**5.285**	**803**

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG	-	-
PCC-PMBAC efetivamente constituída	PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBAC BD	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBAC	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	803	
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	803

Para 31 de dezembro de 2023 foi identificada insuficiência no grupamento referente aos Fluxos de Benefícios em Curso – Aposentadoria e Benefícios em Curso - Pensão. Esta insuficiência está relacionada ao fato de que a expectativa de vida dos beneficiários do plano de renda atualmente é superior à expectativa de vida da época de desenvolvimento do produto. Desta forma, a Entidade, baseada em taxas de sobrevivência condizentes com o grupo de beneficiários, projeta um período de pagamento de rendas futuras superior ao estabelecido na Nota Técnica do Plano. Esta insuficiência está devidamente compensada através da constituição de PCC-PMBC – Provisão Complementar de Cobertura referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos no valor de R$ 803, conforme demonstrado abaixo:

Grupo	TAP - provisão a constituir
Grupo "A" - Operações Registradas - Benefícios de Aposentadoria – CAP	84
Grupo "B" - Operações Registradas - Benefícios de Pensão – RCC	719

O TAP também foi realizado com as datas base de 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de se obter as relações comparativas entre os mesmos.

Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2022:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	1.083	905	(178)
Total	**1.083**	**905**	**0**

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Previdência	(9.157)
Total	**(9.157)**

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	457	581	124
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	3.881	4.472	591
Renda	Morte	TR + 6%-	Renda Certa-	-	48	46	(2)
Total					**4.386**	**5.099**	**713**

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG	-	-
PCC-PMBAC efetivamente constituída	PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO)		
	(+) PCC-PMBAC BD		
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBAC	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	713	
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	713

Teste de sensibilidade

O Teste de Sensibilidade visa analisar o efeito da alteração das premissas de cálculo atuarial incluídas na estruturação dos fluxos de caixa, base do TAP, pelas quais a Entidade não detém seu controle. No contexto atual, a principal premissa que pode, com certa facilidade, ter alteração de valor em relação ao esperado é a mortalidade.

O Teste de Sensibilidade envolvendo a variável mortalidade foi processado agravando linearmente as taxas de mortalidade (qx) da Tábua BR-EMS 2021, segregada por sexo e sem a aplicação de fatores de Improvement, em 10% (dez por cento) e reprocessando o TAP, verificando se haveria a necessidade de constituição de algum valor em função desta variação de parâmetro. Após a análise, verificou-se que, mesmo com o aumento nos valores pagos de benefícios, não haveria a necessidade de constituição de nenhum valor adicional ao já constituído pela Entidade.

(e) Provisões judiciais relacionados a benefícios

O critério para constituição da reserva técnica para os planos da Entidade é o provisionamento pelo valor estimado de perda. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitiva. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R$ 0,01 para as causas remotas.

Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de resgate e/ou outros valores a regularizar, provisão matemática de benefícios concedidos, provisão de despesas relacionadas e de forma não individualizada na provisão de eventos ocorridos e não avisados, provisão de eventos não suficientemente avisados e provisão complementar de cobertura.

	2023				2022			
	Valor Reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor Reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor Provisionado
Remota	2.825	-	58	-	7.240	-	77	-
Possível	-	-	-	-	-	-	-	-
Provável	9.714	7.955	122	7.955	21.119	7.659	121	7.659
	12.539	7.955	180	7.955	28.359	7.659	198	7.659

Em 31 de dezembro de 2023, do montante total provisionado R$ 7.955 (2022- R$ 7.659), R$ 6.901 (2022- R$ 6.746), referem-se as provisões individuais e R$ 1.054 (2022- R$ 913), referem-se as provisões globais.

(f) As movimentações das provisões são como seguem:

	2023	2022
Saldo do início do período	7.659	7.901
Total pago no período	(561)	(803)
Novas constituições no período	30	56
Baixa da provisão por êxito	(179)	(128)
Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	942	498
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	64	135
Saldo final do período	7.955	7.659
Quantidade de ações pagas no período	34	38
Quantidade de ações novas no período	3	10

18 Passivos de arrendamento

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2)

	2023	2022
Passivo circulante		
Outros débitos		
Passivos de arrendamento (i)	202	823
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(68)	(160)
Total circulante	134	663
Passivo não circulante		
Débitos diversos		
Passivos de arrendamento (i)	804	1.271
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(134)	(101)
Total não circulante	670	1.170
Total do passivo	804	1.833

(i) A redução dos passivos de arrendamento, deve-se à renegociação dos contratos de aluguel, no exercício de 2023.

19 Partes relacionadas

				2023
	Sabemi Seguradora	Previdência Sabemi Téc.	Sabemi Negócios	Total
Ativo				
Títulos e créditos a receber (i)	4	-	-	4
Títulos e créditos a receber (i)	-	1.737	-	1.737
Títulos e créditos a receber (iii)	-	-	1.263	1.263
Outros créditos (i)		2.580	9.185	11.765
Passivo				
Obrigações a pagar (i)	3.065	-	-	3.065
Resultado do período				
Receitas - Pró-labore (ii)	278			278
Despesas prestação serviços (iv)		2.580	14.593	17.173

				2022
	Sabemi Seguradora	Previdência Sabemi Téc.	Sabemi Negócios	Total
Ativo				
Títulos e créditos a receber (i)	25			25
Títulos e créditos a receber (i)	7			7
Passivo				
Obrigações a pagar (i)	1.988	105	78	2.171
Resultado do período				
Receitas - Pró-labore (ii)	264			264
Despesas prestação serviços (iv)		2.270	1.810	4.080

(i) Refere-se a saldos de adiantamentos a fornecedores pela prestação de serviços de tecnologia, intermediação de assistência financeira e acordos operacionais de consignação em folha, onde a Entidade atua como correspondente realizando a cobrança de planos de pecúlio e seguros, repassados mensalmente. (Nota 6 (g)).

(ii) A Entidade atua como estipulante em administração de apólices coletivas de acidentes pessoais, sendo remunerada conforme condições estabelecidas na apólice (Nota 6 (g) e 22).

(iii) Refere-se à assunção de dívida relativa a processos judiciais de assistência financeira. (Nota 6 (g))

(iv) Refere-se a prestação de serviços de tecnologia (Sabemi Tec) e comissões pela intermediação de assistência financeira (Sabemi Negócios). O expressivo aumento na remuneração à Sabemi Negócios, é reflexo do maior volume de operações de assistência financeira no ano de 2023. O valor pago à Sabemi Negócios, relativo ao ano de 2022, não foi informado na publicação anterior, informação retificada nesta data.

20 Provisões judiciais

As causas judiciais, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Entidade, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas pelos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas:

(a) Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	2023			2022		
	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	141	189		134	300	
Possível	974	40		879	49	
Provável	2.834	481	2.834	911	423	911
	3.949	710	2.834	1.924	772	911

Em 31 de dezembro de 2023, do total de 710 causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 699 (2022 – 758) dizem respeito a causas cíveis, 3 (2022 - 6) a causas trabalhistas e 8 tributárias (2022 - 8).

O acréscimo nas provisões com processos cíveis, deve-se a mudança na metodologia de cálculo para os processos com chance de perda provável. A Administração entende que o ônus com os processos advindos de contratos de assistência financeira, deve ser compartilhado com outras empresas do Grupo que participam dos benefícios econômicos através do contrato de prestação de serviços de originação. Nesse contexto foi assinado Termo de assunção de dívida e outras avenças, com a Sabemi Intermediadora de Negócios Ltda. e como Interveniente garantidora a Sabemi Participações Ltda.. (Nota 6(g))

(b) As movimentações das provisões são como seguem:

Cíveis

	2023	2022
Saldo do início do período	908	1.127
Ações pagas no período	(555)	(696)
Novas constituições no período	978	685
Baixa da provisão por êxito	(154)	(173)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	1.657	(35)
Saldo final do período	2.834	908
Quantidade de ações pagas no período	18	36
Quantidade de ações novas no período	79	40

Trabalhistas

	2023	2022
Saldo do início do período	3	-
Ações pagas no período	(5)	-
Novas constituições no período	5	-
Baixa da provisão por êxito	(3)	-
Alteração da provisão por alteração de estimativas	-	3
Saldo final do período	-	3
Quantidade de ações pagas no período	2	-
Quantidade de ações novas no período	2	-

Fiscais

	2023	2022
Saldo do início do período	-	-
Ações pagas no período	(1)	-
Novas constituições no período	1	-
Acréscimo/baixa da provisão por alteração de estimativas	-	-
Saldo final do período	-	-

21 Patrimônio social

(a) Reservas patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva patrimonial é de R$ 3.204 (2022 – R$ 3.204).

(b) Reserva de contingências de benefícios

No exercício de 2023 foi constituída a reserva de contingência de benefícios no valor de R$ 20, de acordo com a Circular nº648/21.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo acumulado dessa reserva é de R$ 1.447 (2022 - R$ 1.427).

(c) Reserva de retenção de superávit

No exercício de 2023 foi realizada a constituição da reserva de retenção de superávit no valor de R$ 25, de acordo com a Circular nº648/21 e alterações posteriores.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo acumulado dessa reserva é de R$ 21.264 (2022 - R$ 21.239).

22 Composição das contas de resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da demonstração do resultado, conforme determina a legislação vigente:

	2023	2022
Sinistros ocorridos		
Planos de pecúlio	(1.231)	(813)
Variação de IBNR e IBNeR	65	107
	(1.166)	(706)
Custo de aquisição		
Despesas de cobrança	(378)	(277)
	(378)	(277)
Outras receitas e despesas operacionais		
Pró-labore estipulante (i)	278	264
Despesas judiciais	(286)	(1.940)
Constituição / (redução) de contingências (ii)	(591)	116
Outras despesas / receitas operacionais	(187)	(197)
	(786)	(1.757)

(i) Refere-se à receita recebida como estipulante na administração de apólices (Nota 19).

(ii) Variação decorre principalmente da alteração de estimativa de perdas (Nota 20).

Despesas administrativas		
Despesas com serviços técnicos	(4.187)	(3.186)
Despesas com localização e funcionamento	(834)	(858)
Despesas com publicação	(42)	(69)
Despesa com donativos e contribuições	(72)	(78)
Despesas judiciais	(65)	(137)
Despesas com multas	(1)	(33)
Outras despesas (iii)	(1.153)	(1.331)
	(6.354)	(5.692)

(iii) Refere-se ao rateio de despesas com pessoal cedido pela Sabemi Seguradora

	2023	2022
Despesas com tributos		
PIS	(32)	(39)
Taxa de fiscalização	(155)	(155)
IPTU	(30)	(27)
Outras	(5)	(54)
	(222)	(275)
Receitas financeiras		
Receitas com assistência financeira (i)	20.410	3.178
Receitas com renda fixa	2.095	1.897
Receitas com depósitos judiciais	146	131
Receitas com juros contratuais	-	22
Outras receitas eventuais	670	841
	23.321	6.069

(i) Composto por receita com assistência financeira R$ (1.206) e cessão de direitos creditórios R$ 21.616.

	2023	2022
Despesas financeiras		
Despesas com renda fixa	(25)	-
Constituição de provisões técnicas	(108)	(246)
Despesas com assistência financeira (ii)	(19.609)	(2.929)
Outras despesas	(424)	(323)
	(20.166)	(3.498)
Resultado financeiro	3.155	2.571

(ii) Refere-se a valores pagos de comissão na operação de assistência financeira, substancialmente com partes relacionadas (NE 19).

Resultado patrimonial		
Redução ao valor recuperável	(30)	(1)
	(30)	(1)
Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Venda de imóveis – saldo residual	(32)	-
Outras receitas saldo transferência de carteira	-	217
	(32)	217

23 Principais ramos de atuação

A Entidade vem aumentando progressivamente a participação do plano Pecúlio por Morte em relação ao volume de contribuições emitidas da Entidade.

No exercício de 2023 o referido plano responde por aproximadamente 99% da receita de contribuições da Entidade, remanescendo os demais 1% para os planos de pensão. Assim, segue tabela com as informações referentes aos planos de Pecúlio por Morte:

Plano	Tábua de mortalidade	Taxa de carregamento	Taxa de juros
Pecúlio por morte	CSO - 58 Male	30%	6% a.a.
Pecúlio por morte	SGB - 75	30%	6% a.a.

Nos períodos analisados a Entidade não teve despesas de comercialização, a sinistralidade dos planos de pecúlio e pensão por morte foi:

	2023	2022
Prêmio ganho	6.495	7.050
Sinistros ocorridos	1.166	706
% de Sinistralidade	17,95%	10,02%

Diretoria

Maria Marta Schneider Severo
Diretora-Presidente
CPF nº 346.146.800-20

Antonio Tulio Lima Severo Jr
Diretor Adm. – Financeiro
CPF nº 456.467.670-91

Silvania de Souza Oliveira Soares
Diretora Vice-Presidente
CPF nº 535.632.477-49

Beatriz Varela Fernández
Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20

Vanessa Sorgato Kuyven
Atuaria MIBA 1424
CPF nº 910.184.630-20

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores da
Sabemi Previdência Privada

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção do **Sabemi Previdência Privada** - "Entidade", em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Continua...

...Continuação

Responsabilidade da Auditoria Independente
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos do **Sabemi Previdência Privada** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção do **Sabemi Previdência Privada** em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Entidade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.
Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2024.

Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841
ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087

CNPJ 06.114.280/0001-45 – Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sabemi Previdência Privada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!
O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC